



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
CONSELHO GESTOR DO PISF**

Esplanada dos Ministérios, Bloco "E", 9º Andar, Sala 912
Brasília/DF - CEP: 70.067-901 - Tel. (61) 2034-5539
E-mail: cgaoh@integracao.gov.br

9ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do PISF

Brasília
18 de julho de 2018
(*Transcrição ipsius verbis*)

- 1 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Vamos começar a apresentação
2 formal, Antônio Luitgards, eu sou do DPE e coordenador do comitê de gestão
3 do PISF.
- 4 **A Sr.^a JULIANA SILVEIRA (MI):** Juliana Silveira, sou assessora do DPE.
- 5 **O SR. DAVID MEISTER (CC/PR):** Boa tarde a todos, David Meister, Casa Civil.
- 6 **O SR. Zaqueu RIBEIRO (CC/PR):** Zaqueu Ribeiro, Casa Civil.
- 7 **A Sr.^a CRISTIANE BATTISTON (MP):** Cristiane Battiston, Ministério do
8 Planejamento.
- 9 **O SR. MARCEL OLIVI (MP):** Sou Marcel Olivi, Ministério do Planejamento.
- 10 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Francisco Teixeira,
11 Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará.
- 12 **O SR. MARCO AURÉLIO DINIZ (CODEVASF):** Marco Aurélio, diretor de
13 infraestrutura CODEVASF.
- 14 **O SR. ELTON CRUZ SILVA (CODEVASF):** Elton Cruz, CODEVASF.
- 15 **O SR. OSCAR CORDEIRO NETTO (ANA):** Oscar Cordeiro Netto, diretor da
16 área de regulação da ANA
- 17 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Boa tarde, sou Patrick Thomas,
18 superintendente adjunto da área de regulação da ANA.
- 19 **O SR. RENATO DALLA LANA (MME):** Boa tarde, Renato Dalla Lana,
20 Ministério Minas e Energia.
- 21 **O SR. MARCIO NAHAS RIBEIRO (MF):** Boa tarde, Márcio Nahas, Ministério
22 da Fazenda.
- 23 **O SR. JOÃO ALBERTO TRAVASSOS EVANGELISTA (MF):** Boa tarde, João
24 Alberto, Ministério da Fazenda.
- 25 **O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (PB):** Boa tarde a todos, João
26 Fernandes da Silva da agência estadual de águas da Paraíba.
- 27 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA (PB):** Boa tarde, Deusdete Queiroga, Paraíba.
- 28 **O SR. VALMIR PEDROSA (PB):** Valmir Pedrosa, comitê Rio São Francisco.
- 29 **A Sr.^a ADRIANA LUSTOSA (MMA):** Adriana Lustosa, Ministério do Meio
30 Ambiente.
- 31 **O SR. CLAUDIR COSTA (MI):** Claudir, coordenação de engenharia estudos do
32 Ministério da Integração Nacional.
- 33 **A Sr.^a MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** Mariana
34 Andrade, coordenação de gestão do PISF.
- 35 **O SR. JIMMU DE AZEVEDO IKEDA (MI):** Jimmu Ikeda, Ministério da
36 Integração Nacional.
- 37 **O SR. RODRIGO FLECHA (ANA):** Rodrigo, Agência Nacional de Águas.
-

38 **O SR. ELANO JOCA (COGERH):** Elano, gestão de recursos hídricos do
39 Ceará.

40 **O SR. ANDRÉ RODRIGUES (CGU):** André, CGU.

41 **O SR. DANIELSON ARAÚJO (CODEVASF):** Danielson Araújo, CODEVASF.

42 **O SR. CARLOS HENRIQUE DA SILVA MARQUES (CODEVASF):** Carlos
43 Henrique, CODEVASF.

44 **O SR. CARLOS MOTTA NUNES (ANA):** Carlos Motta, ANA.

45 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Pernambuco chegando agora?
46 Pessoal do BNDES que está aí, gostaríamos que se apresentassem.

47 **O SR. MÁRCIO (BNDES):** Aqui é a equipe que vai fazer a contratação dos
48 consultores para a concessão do PISF, Márcio, Igor e Milber.

49 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Boa tarde a todos, está iniciada a
50 9ª sessão Ordinária do Conselho de Gestor do PISF. Todos receberam a Ata
51 da 8ª reunião Ordinária do PISF, alguma sugestão de alteração? Alguma
52 recomendação de alteração? Alguma modificação? Como não houve
53 pronunciamento considera-se aprovada a Ata da 8ª reunião Ordinária do
54 CGPISF. Eu vou começar falando e depois a parte de informática resolve como
55 vai ficar a apresentação. Nós temos agora alguns informes, é a situação do
56 andamento das obras, como já é do conhecimento de todos em 30 do 04, em
57 trinta de abril de 2018, nós rescindimos o antigo contrato com a EMSA-SITON
58 e no dia 03 do 05 contratamos a quarta colocada, que seria na ordem de
59 sequência, a próxima a ser colocada para assinatura é a empresa do consórcio
60 Ferreira Guedes-Construcap, desculpa, Toniollo Busnelo. Essa contratação,
61 esse chamamento, se deu com base no inciso 24, alínea 11, da 8.666, que é
62 quando a obra não é conclusa pode-se chamar o remanescente, o próximo
63 remanescente para concluir nas mesmas condições do primeiro que perdeu a
64 licitação, que foi desclassificado. A obra entrou em um ritmo adequado, a
65 Ferreira Guedes, nós já conseguimos essa proeza de assinatura de um
66 contrato em apenas quatro dias, porque nós já estávamos em contato com a
67 Ferreira Guedes e com a próxima colocada que seria a S.A Paulista, já
68 estávamos negociando com eles o interesse em participar, e houve
69 rapidamente uma adesão ao contrato que foi rescindido pelo consórcio EMSA-
70 SITON. A empresa rapidamente mobilizou-se, contratando a grande maioria
71 dos funcionários da empresa que saiu, diminuindo assim a tensão social e o
72 que permitiu uma retomada rápida das obras. Tivemos um pequeno percalço
73 de um grupo de servidores que não foram contratados que invadiram os
74 canteiros e que atrasou a obra mais uma semana ainda mas foi resolvido isso
75 na Justiça, aliás ontem tornaram a tentar invadir o Castelinho, que é nossa
76 sede principal, mas nós conseguimos que a Polícia Militar de Pernambuco
77 fizesse a retomada, a reintegração de posse.

78 A Ferreira Guedes, como foi convocada a verifica se se interessava pela obra
79 ainda em novembro, ela teve esse período de novembro até o início de maio
80 estudando o projeto, então quando ela entrou ela já sabia exatamente os
81 pontos chaves, já tinha o cronograma de onde ela devia atacar e rapidamente

82 ela atacou os principais pontos. Hoje nós já podemos afirmar que a EBI - 3 já
83 está operando com uma bomba, está em testes, devendo entrar em operação
84 normal, em ritmo normal, acho que na semana que vem, o túnel já foi vazado,
85 ele não está em condições da água passar ainda porque precisa fazer
86 enfilamento, concreto projetado e as outras proteções que se precisa concluir.
87 Tem todos os outros trechos que, se vocês olharem ali no perfil, estão sendo
88 atacados, você vê que as "EBs"... tem quatro pontes sobre o canal e já estão
89 sendo atacados, nós temos a ponte sobre a BR 316 já totalmente pronta em
90 fase de asfaltamento, eu acredito que até essa sexta-feira ela será asfaltada e
91 aí a gente pode arrancar o desvio da BR e voltar a passar pela ponte
92 permitindo essa construção desses 100 metros de canal que ficam
93 interrompidos enquanto o trânsito dos veículos estavam passando sobre o
94 desvio. O Eixo Norte a gente espera que em outubro a água entre na fronteira
95 do Ceará, atravessando então o túnel Milagres, a previsão mesmo é meados
96 de outubro, por volta de 15 de outubro, o tempo que a gente espera para o
97 enchimento de Jati é dois meses, o prazo para a água chegar em Morros e Boa
98 Vista, que são os últimos reservatórios, que vão atender parte do Rio Grande
99 do Norte e Paraíba, vai depender da quantidade de água que a gente
100 disponibilizar para o Ceará, pelo CAC, e da quantidade de água que existe hoje
101 nesses reservatórios. Muitos deles estão com o nível bastante alto, próximo ao
102 nível máximo operacional. Para acelerar o enchimento disso nós estamos
103 fazendo o reforço na subestação N3, e esse reforço vai permitir a operação
104 com duas bombas, hoje nós só estamos podendo operar essa subestação com
105 uma bomba e assim que essa licitação se concluir e for entregue o
106 equipamento nós poderemos partir a operação com duas bombas.

107 O Eixo Norte tem ainda o Canal Caiçara Ávidos, que vai atender uma região
108 grande da Paraíba, Oeste da Paraíba, e também o Rio Grande do Norte, e
109 esse pedido de alteração de projeto, porque o projeto original se dava através
110 de um aqueduto muito alto e muito longo, de 700 metros e mais de 100 metros
111 de altura, então foi substituído por um canal descendo o morro em rápidos e
112 em outras estruturas e o Ibama está analisando essa alteração. No ano
113 passado a gente tinha apresentado o projeto completo para eles, para fazer a
114 primeira etapa que é quanto estamos bombeando só 26 m³ e eles disseram
115 que o projeto completo é para 56 m³, então tivemos que adequar o projeto para
116 a vazão 56 m³, já apresentamos ao Ibama e estamos esperando que eles
117 façam essa análise. O Ramal do Apodi está com o projeto executivo pronto,
118 está solicitando ao Ibama a licença de implantação, apresentando o projeto que
119 está pronto, deve iniciar as desapropriações, hoje em dia nós temos cinco
120 milhões de reais disponíveis para desapropriação sendo que a estimativa é de
121 30 milhões de reais para fazer todas as desapropriações. Esperamos que as
122 bancadas do Ceará e Rio Grande do Norte que são as beneficiadas com esse
123 Ramal possam remanejar recursos para o restante dessas desapropriações,
124 que são 25 milhões de reais. A SIH autorizou no dia 13, agora, sexta-feira, o
125 início da fase interna de licitação, então estamos preparando edital, termo de
126 referência, orçamento e todos esses detalhes para que no ano de 2019, se
127 houver aporte de recursos no orçamento geral da União em 2019, nós
128 possamos iniciar a fase externa da licitação.

129 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA (PB):** E se sair a LI dentro do prazo, já que a
130 outra em 2 anos não saiu...

131 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** As situações são diferentes, essa
132 já estava previsto desde o início deste projeto todo, o outro houve alteração de
133 projeto.

134 **O SR. DAVID MEISTER (CC/PR):** Mas a expectativa é pedir ao IBAMA já esse
135 ano?

136 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Já vai pedir esse ano, para o
137 Ramal Apodi já estamos pedindo porque tem uma demora, nós temos que
138 contratar alguns programas ambientais, quando a gente pedir a LI, o Ibama vai
139 fazer um termo de referência dos estudos que eles querem, então vai dizer que
140 a gente tem que estudar quilombola, índios, vão definir uma série de coisas e
141 vamos ter que contratar os programas ambientais.

142 O Eixo Leste, em abril de 2018, nós interrompemos a operação, nessa época
143 nós já estávamos com um volume significativo de água no Açude Boqueirão e
144 já havia segurança hídrica suficiente para que a cidade de Campina Grande
145 não sofresse restrições. Com aporte das chuvas do período chuvoso, lá o
146 açude Boqueirão atingiu mais de 100 milhões de metros cúbicos e hoje a gente
147 garante que tem água para 2 anos de seca, portanto o eixo leste hoje está
148 tranquilo. Com essa paralisação nós pudemos fazer todas as recuperações
149 necessárias nas obras do PISF, Poções e Camalaú são duas barragens,
150 Poções é do DNOCS, Camalaú é uma barragem do estado que o DNOCS está
151 fazendo uma intervenção, nos dois está fazendo uma intervenção de
152 melhorias, de construção uma descarga de fundo, inclusive na manhã de hoje
153 houve uma reunião no Ministério Público da Paraíba, sobre o ritmo dessas
154 obras que estava um pouco lento, sendo que o DNOCS, através do seu
155 presidente, já garantiram concluir essas obras até 8 de agosto que é quando
156 prometemos que retomariamos o bombeamento do Eixo Leste para o
157 Ministério Público da Paraíba. Entretanto o ministério vai oficializar ao
158 ministério público que só vai bombear a vazão mínima necessária para que a
159 adutora do Congo, que é uma adutora do estado da Paraíba, que capta água
160 no leito do Rio Paraíba possa funcionar normalmente. Então o bombeamento
161 do Eixo Leste vai ser uma vazão de 500 a 800 l/s. Nós tínhamos recomendado
162 que não houvesse captação ao longo de rios, mas o estado fez e o Ministério
163 Público disse que a gente não podia deixar 7 cidades sem água diante disso a
164 gente vai ter que continuar bombeando mesmo não havendo necessidade de
165 bombear para Campina Grande e região. As estruturas do Ministério, o
166 Ministério tinha algumas estruturas também e precisavam ser recuperadas,
167 Aqueduto Jacaré, ele já está com as obras concluídas, em 31/07 termina tudo, o
168 reservatório Barreiros havia sofrido um rompimento, já totalmente recuperado,
169 inclusive já foi retirada a ensecadeira dele, o reservatório de Cacimba Nova já
170 iniciamos a recuperação, mas as operações no reservatório de Cacimba Nova
171 não impedem a passagem da água. Então em agosto de 2018 nós
172 retomaremos o bombeamento do Eixo Leste, com uma vazão em média de 500
173 l/s, como já garantimos em outras reuniões a empresa executora do Eixo Leste
174 está nos informando, garantindo, que até 30 de agosto estará instalada toda a

175 rede lógica de medidores de vazões e de medidores de nível, então poderá ser
176 implantado nessa época já a automação do PISF, a operação automática do
177 PISF. Só lembrando, o licenciamento ambiental, a primeira licença prévia foi
178 obtida em 2005, em 2007 tivemos a licença de instalação, em 2013 foi
179 renovado essa licença de instalação, em 2016 solicitamos ao Ibama a licença
180 de operação dos dois eixos e em dezembro de 2016 o Ibama autorizou que a
181 gente fizesse pedido de licença de operação por eixo individualizado, então
182 hoje eles estão analisando a Licença de Operação do Eixo Leste, o problema
183 para liberação dessa licença de operação foi em fevereiro o Ibama solicitou o
184 estudo de análise de risco, solicitou adequação no programa de gerenciamento
185 de riscos, no plano de ação emergenciais, os nossos estudos já tinham sido
186 apresentados mas o Ibama entendeu que eles precisariam ser mais executivos,
187 em julho de 2018, no dia 13, sexta-feira passada, nós entregamos essas
188 alterações que o IBAMA sugeriu, agora está sobre análise, provavelmente
189 daqui umas duas semanas a gente entra em contato com eles para ver como
190 está, se eles vão querer mais alguma alteração. Licenciamento ambiental, tanto
191 para o Eixo Norte como para o Eixo Leste, temos uma série de programas
192 ambientais, um dos programas é o tratamento de esgoto e de resíduos sólidos
193 nas cidades que vão receber água do PISF, seja diretamente ou não, temos
194 algumas cidades que estão nos deixando em alerta. No Eixo Norte nós temos a
195 Cidade de Monte Horebe e São José de Piranhas, na Paraíba, e tem que ser
196 iniciado imediatamente o saneamento dessas cidades para que a gente não
197 tenha o mesmo problema que teve em Monteiro no Eixo Leste. Monteiro, no
198 Eixo Leste, no dia da inauguração o Ministério Público Estadual da Paraíba
199 resolveu o problema do esgoto entupindo na marra ligações que as pessoas
200 tinham feito na rede de drenagem do PISF, hoje nós temos informação do
201 Ministério Público Federal que as pessoas voltaram a se ligar à rede de
202 drenagem e que está se misturando esgoto, inclusive esgoto de hospital às
203 águas do PISF e logo em seguida da saída das águas do PISF em frente à
204 cidade de Monteiro existe um Balneário que as crianças vão lá tomar banho,
205 adultos e crianças ficam lá, então é um problema sério de saneamento, porque
206 mesmo a autodepuração não ocorre em tão pouco tempo. O Rio Paraíba
207 provavelmente daí a até 10 km ou 15 km já estaria auto depurado, mas quem
208 está usando bem na saída do PISF vai está recebendo água contaminada,
209 inclusive com esgoto hospitalar, então estamos encaminhando ofícios para a
210 Secretaria de Recursos Hídricos da Paraíba, para que tomem providências,
211 foram feitos investimentos, a Funasa executou a rede de esgoto toda lá, não
212 tem sentido essa rede de esgoto não estar operando. No Ceará também temos
213 as cidades de Jardim e Jati que teriam lançamento de esgoto e lixo nas
214 proximidades do PISF, vamos averiguar com mais calma, depois entramos em
215 contato com a Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará.

216 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** A cidade de Jati é uma
217 cidade muito pequena, pessoal tem que entender também que a água que vem
218 do São Francisco não é uma água mineral, é uma água igual praticamente a
219 que está lá, mesmo com a revitalização de São Francisco não é uma água que
220 você pode meter o copo e beber, então tem que realmente fazer um serviço de
221 saneamento no Brasil todo, não é só lá, mas ao meu ver isso não é motivo para

222 o Ministério Público deixar a cidade ficar sem água, eu queria ver deixar
223 Campina Grande ficar sem água porque o problema de Monteiro. No caso do
224 Ceará, nem em Jati e nem em Jardim afeta a água que vai pro Ceará, porque a
225 água é desviada pelo CAC, na barragem Jati, o rio que passa em jardim como
226 o nome já diz é o rio Jardim, desemboca lá no Atalho, aí é um problema para a
227 Paraíba, a cidade Jati é a jusante da barragem de Jati, se você olhar bem no
228 Google, no mapa, você desvia a água pelo CAC essas duas cidades aí, outras
229 cidades sim, lá pra frente Rio Jaguaribe, hoje a água que vem do Castanhão já
230 é assim.

231 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Teixeira eu entendo tudo isso,
232 tanto é que eu falei que autodepuração resolveria o problema, agora você
233 entender que o lançamento de esgoto a 100 ou 200 metros de onde as
234 pessoas estão tomando banho não é uma questão normal de jeito nenhum.

235 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Eu digo que a gente tem
236 que ter cuidado entrar também em uma falácia e ser bem realista, porque hoje
237 você pega uma cidade como Crato no Ceará, o esgoto do Crato vai para dentro
238 do Castanhão, e a gente está fazendo reuso indireto e inconsciente, na
239 realidade cidade do Crato mais de 100 mil pessoas, Juazeiro que tem uma
240 cobertura de esgoto muito razoável o povo não liga, porque no Brasil discute e
241 gosta muito de papel, gosta de forma e menos de conteúdo, olha os meios e
242 não os objetivos, vamos ser objetivo, você pega como exemplo o caso de
243 Juazeiro do Norte que a CAGECE desde os anos 90 tem um alcance bem
244 razoável de rede de esgoto, mas o povo não liga, não liga simplesmente pelo
245 seguinte, por mais que você tenta no Brasil ser compulsória a ligação de
246 esgoto, não é, porque ninguém é obrigado a ligar o esgoto, é como energia que
247 passa na sua porta aí precisa ser enquadrado crime ambiental, pega o exemplo
248 da revitalização do São Francisco, quem é da CODEVASF sabe disso, quantas
249 cidades tem cobertura completa de esgoto e a dificuldade de se ligar o esgoto,
250 Petrolina e tudo, esse é o problema, a ANA está aí agora com essa nova tarefa
251 de regular, talvez consiga fazer com que se torne compulsório no Brasil a
252 ligação do esgoto, enquanto não for obrigatória, muitas vezes a linha vai passar
253 na rua e o povo não liga porque não quer pagar.

254 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Por isso que aqui no DF a
255 CAESB passou a cobrar compulsoriamente, se não quiser ligar não ligue, mas
256 você vai pagar do mesmo jeito.

257 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Eu garanto que lá nas
258 cidades satélites, lá no Vicente Pires, lá não sei onde... é complicado, o
259 Ministério Público precisa ter muito cuidado antes de tomar uma decisão dessa,
260 eu quero ver o Ministério Público ter coragem de faltar água em Fortaleza e
261 dizer que não pode perenizar o rio porque está misturado com esgoto que já
262 vem misturado desde São Francisco.

263 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** A ordem que recebemos do
264 Ministério público é de não ligar as bombas enquanto não resolver esse esgoto
265 dessas cidades.

266 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Ministério Público
267 Estadual?

268 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Ministério estadual e Federal da
269 Paraíba.

270 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Ceará não vai fazer isso,
271 pode ficar tranquilo.

272 **O SR. DEUSDETE QUEIROBA FILHO (PB):** A gente infelizmente não tem
273 esse controle sobre o Ministério Público, eu até entendo que o Ministério
274 Público...

275 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Não é controle, é o
276 Ministério Público entender...

277 **O SR. DEUSDETE QUEIROBA FILHO (PB):** Entender, pois é... às vezes o
278 Ministério Público do Ceará seja melhor do que o da Paraíba... porque o que
279 acontece, eu até entendo o Ministério Público questionar esse tipo de assunto
280 agora, em uma discussão técnica a gente não pode entrar nessa, o fato de em
281 Monteiro ter uma contribuição mínima de esgoto por conta de um problema, a
282 FUNASA financiou a obra de esgotamento sanitário para a prefeitura municipal,
283 a prefeitura municipal vem tentando entregar a obra para a CAGEPA, que é a
284 companhia de saneamento, assumir, mas tem sérios problemas na obra e é
285 uma questão técnica que está sendo resolvida, então isso não é e não foi
286 problema nenhum, o fato das pessoas estarem tomando banho pode realmente
287 haver algum problema porque se o esgoto está muito próximo e alguém está
288 tomando banho, agora a gente não tem controle sobre isso, o estado não tem
289 como controlar o acesso ao banho no rio que está lá perene. Em relação ao
290 Eixo Norte as duas cidades de São José de Piranhas e Monte Horebe que o
291 Dr. Luitgards colocou, então tem que ser feito o investimento de esgotamento
292 sanitário, os recursos assegurados pela Funasa para fazer de São José de
293 Piranhas, Monte Horebe não tem recurso pra isso, ou seja, não vai ser feito
294 agora, a não ser a haja aporte de recurso por parte pelo Governo Federal
295 através da Funasa, o estado da Paraíba não tem condições, não tem como
296 fazer obra de esgotamento sanitário, como disse o Teixeira o esgotamento de
297 Monte Horebe todo é algo irrisório, insignificante, é uma cidade muito pequena,
298 não vai ter nenhum problema, eu até entendo às vezes o Ministério Público
299 está questionando dessa forma e chegar até em um absurdo em dizer que só
300 pode bombear água se estiver resolvido a questão de esgoto, mas a gente não
301 pode realmente entrar nessa, a gente vem discutindo isso com o Ministério
302 Público, ajudado o Ministério Público da Paraíba tanto Estadual como Federal
303 na questão da fiscalização como fez em Monteiro, e a gente fez uma parceria
304 com eles para continuar resolvendo essas questões, não vejo isso como um
305 problema tão sério, e a questão de Monteiro também que está sendo resolvida.

306 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** E a gente não pode
307 esquecer que a titularidade de saneamento é do município, se você pega
308 Jardim, por exemplo, que é SAE não é CAGECE, o estado não tem menor
309 governança sobre isso, se você pega Souza na Paraíba, que é municipal
310 também, o estado da Paraíba pode fazer o que quiser, e a União, mas não

311 consegue, a única coisa que pode fazer é não passar dinheiro, a União não
312 passar dinheiro pra lá se ele não se enquadrar, mas é complicado, porque
313 segundo a Lei, a Lei está aí, o saneamento se divide em quatro, resíduo sólido,
314 água potável, drenagem urbana e esgotamento sanitário e a titularidade é do
315 município, é complicado isso aí, é um problema da República, tem que ver
316 como se resolve.

317 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** E aí complementando o caso de
318 Monteiro especificamente, Monteiro hoje tem uma cobertura de esgoto de mais
319 de 80%, o restante que não vai diretamente para o rio é especificamente um
320 problema, uma pequena bacia por conta dessa questão do recebimento da
321 CAGEPA, uma obra que foi executada pela prefeitura, mas está sendo
322 resolvida, acho que não deve ser um problema.

323 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Tudo bem a gente entende todo
324 esse problema, mas aqui é um fórum que a gente tem contato direto com
325 secretarias estaduais e a gente gostaria de colocar até por que se vir alguma
326 demanda mais forte, a gente vai ser impedido de bombear, e não é o que
327 queremos.

328 **O SR. DAVID MEISTER (CC/PR):** Antes de passar para o próximo item, só
329 uma dúvida, esses ajustes que foram promovidos falando de forma genérica,
330 os estudos disso que foram apresentados ao IBAMA existem por parte do
331 IBAMA já uma expectativa prazo para reanálise desses documentos? Esses
332 estudos com o sentido de liberar a licença, a liberação para quando? Ou a
333 gente não tem ainda essa expectativa de prazo?

334 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Eles pediram 15 dias pelo menos
335 para ler, talvez lendo eles possam querer estudar melhor algum tema, alguma
336 coisa, mas nos pediram 15 dias para ler. Com relação a sessão provisória de
337 bens foram iniciadas as vistorias conjuntas do MI e CODEVASF, houve apenas
338 uma, mas já mandamos ofício marcando outras reuniões, começando agora
339 pelo Eixo Leste, nesse momento nós vamos verificar tudo que está em
340 condições de operação e de transferência, nós vamos elaborar um termo de
341 cessão provisória conforme o modelo que o SPU passou e por fim uma matriz
342 de responsabilidades, quem vai se responsabilizar pela manutenção de cada
343 equipamento, por alguma questão que ainda esteja por concluir de formas a
344 que a CODEVASF possa operar o Eixo Leste já o mais rápido possível e assim
345 que tivermos a L.O iniciamos a operação comercial do Leste.

346 **A Sr.ª MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** Aqui vamos
347 fazer uns informes a respeito de uma nota técnica que foi elaborada e
348 encaminhada para todos os estados e só para ressaltar, foi elaborado um
349 mapa de processos de liberação de água do PISF durante a fase de pré-
350 operação, porque a gente está em fase de testes e pré-operação e chegam
351 muitas demandas algumas vezes até individuais ou dos Estados para liberação
352 dessa água e a gente achou importante fazer esse processo com diretrizes
353 para tornar esse processo dessa demanda mais objetiva e principalmente
354 com o objetivo de gerenciar a expectativa do recebimento das águas pelas
355 populações beneficiadas, porque a partir do momento que a gente estiver em

356 operação comercial essas demandas vão estar estabelecidas no PGA e vão ter
357 um custo, e hoje a gente ver que muitas dessas demandas por exemplo
358 Pernambuco, algumas demandas que chegaram para a gente não constam no
359 PGA, para a demanda que o estado mandou para 2018, então como gerencia
360 isso com aquela população que está sendo beneficiada hoje numa fase de
361 teste? Por que depois de uma fase comercial ela não vai estar recebendo essa
362 água? Então é muito importante que órgãos gestores de recursos hídricos dos
363 estados estejam atentos nas liberações em fase de testes e acompanhe e
364 regule o uso dessa água durante essa fase. aí está pequeno, mas para todos
365 os estados, a gente encaminhou oficialmente para todos os estados, tem um
366 mapa de processos, tem uma matriz com as responsabilidades de todos, e a
367 gente coloca bem detalhado como deve ser o pedido, o pedido deve vir do
368 estado acompanhado de uma programação de testes e um parecer do órgão
369 gestor de recursos hídricos, indicando a vazão liberada e tempo de liberação,
370 enfim como esse pedido ele vai caminhar dentro do ministério para que seja
371 feita análise dessa liberação, então estados se vocês não receberam peço que
372 vocês nos informem para reencaminhar novamente, porque a gente entende
373 que é muito importante.

374 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** Já tem quanto tempo? O João
375 não está aqui tenho que ver se está no e-mail dele.

376 **A Sr.^a MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** Já tem uns dois
377 meses, a gente anota no final da reunião, é bem importante além de cumprir as
378 obrigações do acabouço institucional do PISF, a questão da expectativa que
379 gera a respeito dessa liberação, como a gente está nessa transição da fase pré
380 operação comercial, a gente tem que estar atento a isso.

381 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Nós do DPE resolvemos nos
382 preocupar com o custo da energia de operação do PISF, que é de preocupação
383 de todos os estados, resolvemos contratar uma consultoria especializada para
384 nos dar alternativas de energia que pudessem ser feitas, o Claudir é
385 engenheiro eletricista, coordenador da coordenação geral de estudos e
386 projetos, então ele vai apresentar em que fase se encontra esse estudo,
387 inclusive interessa bastante ao pessoal do BNDS porque isso pode servir para
388 modelagem para futura PPP que estão preparando. O pessoal do BNDS está
389 vendo a apresentação? Então aguarda um pouquinho. Vocês estão vendo a
390 apresentação?

391 **(BNDES):** Sim, agora entrou.

392 **O SR. CLAUDIR COSTA (MI):** Boa tarde, gostaria só de enfatizar a questão
393 da participação e do trabalho que o BNDS vem desenvolvendo no sentido de
394 estruturar o projeto para poder desenvolver um modelo de delegação do PISF,
395 da operação do PISF para iniciativa privada, como nós todos sabemos, que em
396 torno de 70% a 80% do custo de O&M do PISF é energia elétrica, então, a
397 preocupação nossa foi tentar desenvolver algo em paralelo a esse trabalho que
398 o BNDES está desenvolvendo que é estruturar um modelo de negócio que

399 introduza o PISF fontes de energia alternativas ou renováveis e que o BNDES
400 utilize esse trabalho como insumo para fazer a estruturação desse projeto e
401 uma delegação para iniciativa privada. Então vou apresentar aqui um resumo
402 do trabalho que estamos desenvolvendo em torno desse estudo de viabilidade
403 técnica, econômica e ambiental do projeto de energias alternativas. Em
404 novembro de 2015 a gente elaborou um TR para poder fazer esse EVTA e
405 2016 foi enviada a versão final do IICA, que é um parceiro nosso, junto ao
406 banco mundial que financia esse projeto no programa Interáguas, em 2018 a
407 gente fechou, firmou com o contrato de consultoria, parceria IICA, Inter águas,
408 e o valor desse contrato é um valor de dois milhões e trezentos mil reais
409 aproximadamente. Em 15 de janeiro de 2018 foi emitida a ordem de serviço
410 para empresa PROJCONSULT que ganhou esse processo por meio do
411 procedimento licitatório então começou a produzir os primeiros produtos; hoje
412 estamos no terceiro produto dos que a consultoria tem desenvolvido. Nós
413 colocamos aqui três temas de possibilidades de utilização de energia
414 alternativas dentro do PISF, O primeiro é a recuperação da energia hidráulica
415 por meio de pequenas centrais hidrelétricas no Eixo Norte, o projeto básico já
416 havia previsto algumas usinas PCH's e foi identificado logo de início que
417 haverá necessidade de uma revisão do potencial hídrico dessas duas PCH's,
418 até mesmo porque de acordo com o PGA do que forem liberados em vazão
419 nesses pontos, vai afetar diretamente a produção dessas usinas. Então está
420 sendo revisado esses estudos, onde possivelmente haverá uma redução do
421 potencial hidráulico desses dois pontos, ou seja, o que está se demonstrando
422 até então é que, possivelmente a gente deva acatar em um modelo que inclua
423 as outras duas fontes, primeiro energia fotovoltaica e segunda energias eólicas,
424 energia eólica que também há um estudo que vou mostrar mais a diante que
425 talvez não a alternativa mais viável, mas ainda está em andamento. No tema 2
426 a produção de energia a partir de fontes fotovoltaicas. A gente sabe que na sua
427 grande maioria o PISF tem 200 m disponíveis ao longo dos canais sendo 100m
428 para um lado e do outro da parte do canal, e a a gente tem uma longa extensão
429 onde pode instalar painéis fotovoltaicos nessas áreas desapropriadas. Um
430 trabalho que tem sido desenvolvido também nesse estudo é a possibilidade de
431 implantação sobre os canais. Em modelo que eu já havia desenvolvido
432 anteriormente a esse trabalho de início eu já havia identificado que há uma
433 certa inviabilidade nesse tipo de trabalho pelo fato de não obstante haver uma
434 redução da evaporação e até uma melhoria na eficiência desses painéis,
435 porque esses painéis fotovoltaicos, perdem a eficiência de acordo com o
436 aquecimento solar, a gente tem o potencial de radiação maior do mundo no
437 Nordeste, então área desapropriada com licenciamento ambiental resolvido e
438 podendo compartilhar por exemplo, segurança, você tem totalmente um
439 ambiente propício para esse tipo de negócio de energia fotovoltaica, no entanto
440 há um paradoxo que é, quanto maior a irradiação solar maior o aquecimento e
441 maior a perda de eficiência desses painéis. Então os canais ajudam nesse
442 ponto, mas no fim das contas tem de ser analisado todas essas estruturas,
443 essas treliças de que tem que ser desenvolvidas sobre os canais, acabam

444 inviabilizando-se. Então o que está sendo mostrado até então uma grande
445 viabilidade de implantação de painéis ao longo dos canais. Também tem sido
446 mostrado algo pode ser positivo a implantação de painéis solares sobre os
447 reservatórios, também há um ganho duplo: primeiro a diminuição das perdas
448 por evaporação e também a melhoria da eficiência em face do resfriamento
449 desses painéis. A instalação é simples, a limpeza é fácil, hoje você tem esse
450 tipo de modelo já implantado em vários lugares então a tecnologia já é
451 superada, além de ela ser simples também. Então, é algo que também está
452 sendo desenvolvido, eu vou mostrar uma tabela mais a frente, esse trabalho
453 está sendo considerado no EVTEA. A gente aponta que 17% das perdas dos
454 reservatórios, em torno de 4 m³/s, é devido à evaporação, então seria um ponto
455 positivo nesse tipo de abordagem. Fora do que já temos de áreas
456 desapropriadas ao longo do canal, a gente tem áreas próximas às vilas
457 produtivas e aos reservatórios, então temos muita área extensa, com todos
458 esses problemas que o empreendedor que atua nessa área enfrenta
459 normalmente dirimidos, como principalmente compartilhamento de segurança,
460 como folha de pagamento de pessoal com sistema de segurança,
461 principalmente a questão de licenciamento ambiental. A questão do custo da
462 área para implantação a gente sabe que essas áreas têm um custo baixo, mas
463 o licenciamento é o mais preocupante nesse tipo de empreendimento. Aqui nós
464 temos o potencial de irradiação solar ao longo do canal, vermelho seria o "top",
465 ou seja, nós temos o melhor do mundo para utilizar e converter a energia solar
466 em energia elétrica. No total, os estudos preliminares apontam que temos 4
467 GW de energia disponível se fosse implantado painéis em todos esses pontos.
468 Também, outro ponto positivo que temos nesse projeto é o fato que se tem
469 linhas de transmissão e subestações ao longo do canal, então é outra questão.
470 Inclusive no Nordeste há casos de problemas de planta solares sem linha e
471 eólica; e esse é um problema que a gente não vai ter, pelo menos até um
472 determinado limite que foi apontado inicialmente de 500 MW e a partir daí e
473 preciso ampliar subestações, recapacitar linhas e etc. Mas obviamente há a
474 necessidade de implantação de alguns sistemas, por exemplo, inclusão de
475 alguns "Bays" ou seja, há alguns trabalhos a serem desenvolvidos dentro das
476 subestações para poder se conectar, mas é um trabalho muito menor se
477 comparado com outros pontos no Nordeste. Inclusive, sempre recebemos
478 empreendedores interessados em investir e visualizamos que o mercado está
479 interessado na implantação desse tipo de empreendimento. Então, todos esses
480 pontos aí citados já foram falados, os pontos positivos a serem implantados
481 nesse tipo de sistema. A imagem está muito pequena, mas no fim das contas é
482 uma tabela que demonstra o potencial da primeira e segunda etapa, sendo na
483 primeira etapa em torno de 800 MW/h anual e na segunda 2 milhões e meio
484 KW/h. Então a gente conseguiria com esse modelo atender totalmente essa
485 demanda do PISF. Esse trabalho será repassado ao BNDES e a partir daí será
486 estruturado o projeto que atenda às nossas demandas. Existem várias
487 alternativas, dentre elas a liberação da área para empreendedor, e aí
488 receberíamos como receita acessória; O próprio PISF ser um próprio produtor

independente ou um autoprodutor de energia e ira utilizar essa energia para operar o seu próprio sistema e o excedente seria vendido; então, existem várias modelagens e vários desafios que temos que enfrentar, como por exemplo, se formos partir para modelos de leilões. Esse trabalho está em andamento e essa parte inicial, que é o estudo da viabilidade técnica, que está vencendo e a gente está começando a concluir que passa a ser viável, mas também existem outros vários desafios do ponto de vista de estruturação do projeto, questões voltadas para a regulação e outras facetas e dimensões para estruturação do projeto. O item 04 demonstra os gastos com o consumo de energia e com o CUST. O CUST é um custo fixo, ou seja, um custo para você se conectar no sistema, a energia que a gente compra é independente disso e que vem aumentando obviamente de acordo com a entrada da pré-operação do empreendimento e vamos chegar facilmente a ordem de 300 milhões de reais/ano, então mais uma vez demonstra que esse tipo de abordagem de implantação de energias alternativas é uma questão que tem de ser trabalhada. Na primeira etapa está previsto em torno de 105 MW instalado, ou seja, o que dá 92 MW médios e na segunda etapa, em torno de 317 MW, considerando-se vazões outorgadas atuais, o total dão 6,4 m³/s. Na energia eólica a visão é um pouco diferente, se formos utilizar as áreas desapropriadas do PISF, já feito um estudo considerando 120 metros de altura nas proximidades dos canais e, como pode ser observado, os índices de vento nesses pontos não são tão bons. Então, a eólica talvez a modelagem poderia incluir áreas próximas ao PISF e as subestações, mas assim deveria haver desapropriações ou a utilização, aluguel de áreas próximas. Esse é um modelo que está sendo estudado, mas que possivelmente deve ser descartado.

O SR. RENATO DALLA LANA (MME): Eu achei interessante, o projeto me pareceu bem arrojado. Me preocupei assim, se vocês estão descartando as usinas eólicas e se voltando para projeto de aproveitamento do potencial hidrelétrico e a complementaridade de que tem que ser de fontes fotovoltaicas, então quando você em fala 105 MW dando um valor 92 MW. E a noite como é que fica? Você não tem energia fotovoltaica.

O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI): A ideia é gerar em torno 600 e a sobra seria repassada para as cidades e a noite consumiria porque para o período tem sobra de energia da geração das outras.

O SR. RENATO DALLA LANA(MME): Em aí me parece que tem de ser estudado um pouco melhor e porque vocês em algum momento não têm que buscar em algum momento esse valor de energia em algum lugar por meio de contratação porque não ter disponibilidade porque a noite não vai ter a energia fotovoltaica.

O SR. CLAUDIR COSTA (MI): Esse modelo é complementar ao atual. A ideia nossa, obviamente ideal, é que esse sistema fosse autossuficiente, mas a gente sabe que isso ainda não existe. Se a gente pudesse usar, por exemplo a energia toda no sistema de adução durante o dia, seria ótimo, mas em algum momento teria que bombear à noite. Então no fim das contas, haverá fluxo de

533 caixa, as entradas e saídas compensem e ainda sobre um resultado que se
534 consiga bancar os demais custos de O&M. Então vai ter que haver contrato
535 complementar no mercado livre, mas no balanço geral a gente teria um saldo
536 positivo, é essa ideia.

537 **O SR. RENATO DALLA LANA(MME):**

538 O projeto é interessante, mas é só auto sustentável se tivesse geração ao
539 longo dos canais com certeza , agora o que é preocupante é que tem ser
540 complementar mesmo tem gerar energia hidráulica porque ela também opera
541 a noite, mas a energia hidráulica no período seco vai ter menor disponibilidade
542 não tanta água como no período úmido que o custo será menor, mas essa
543 complementaridade será necessário e com isso não deve descartar a eólica
544 porque ela tem uma funcionamento no período da noite, apesar de ter fator de
545 capacidade baixa, ela contribui muito para você ter uma curva de carga bem
546 melhor, então temos que avançar nos dois. Então precisa desenvolver melhor
547 porque em alguns locais talvez o vento seja melhor, então acho que dar para
548 melhorar o projeto.

549 **O SR. CLAUDIR COSTA (MI):** Só para enfatizar que esse trabalho está em
550 desenvolvimento e que está 60% desenvolvido; essa outra parte, esse modelo
551 de fluxo de caixa, vai começar a ser desenvolvido agora, ou seja, a gente vai
552 rodar a modelagem incluindo todos os potenciais para a produção de energia e
553 depois levar em consideração considerar outros aspectos, regulatórios,
554 ambientais. Então, possivelmente, nesses modelos que a gente for rodar, em
555 algum momento a gente possa chegar à conclusão de que a
556 complementariedade, ainda que a gente utilize outras áreas não as do PISF,
557 mas áreas próximas ao PISF, e a gente consiga ter um modelo que atenda
558 todos os horários.

559 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Também nesse último relatório
560 do Leste que foi apresentado, ou seja, a energia solar é o mais viável e para
561 eixo leste e a eólica no final do Norte, são áreas distintas do projeto que
562 poderiam utilizadas com um fator para tornar as ações complementares
563 complementar. Patrick pediu a palavra?

564 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Nós lá na ANA vemos com muito bons
565 olhos esse tipo de estudo, como você já ressaltou, o projeto de energia elétrica,
566 estudamos experiências internacionais, por exemplo no Colorado o sistema
567 começou com a transposição e se tornou depois um sistema de geração de
568 energia elétrica, hoje em dia a maior parte da receita vem da geração de
569 energia elétrica e a menor parte vem da tarifa de operação da infraestrutura
570 hídrica, então a gente tem muita expectativa com relação a esse estudo, isso
571 também pode levar uma redução expressiva dos custos para os Estados, que é
572 um discussão importante nesse conselho, e pensando nisso nós temos a
573 interpretação de que a vazão de 26,4 m³/s que está na outorga, ela é uma
574 vazão média anual de forma que o operador ele pode bombear uma vazão até
575 maior que essa em determinado momento desde que ele bombeie uma vazão

576 menor em outro momento, justamente para permitir o bombeamento em
577 momentos de custo menor de energia, isso pode ser na escala diária, semana
578 e até na escala anual, então essa questão que o Renato levantou de não ter
579 sol a noite, você pode equacionar e planejando seu bombeamento para
580 acontecer nos horários do dia em que você tem sol e tem energia solar ou
581 também planejar sua operação para que ela ocorra nos períodos mais
582 chuvosos do ano, que o sistema interligado está em uma condição hidráulica
583 mais favorável e o custo no mercado líder é menor, para isso funcionar você
584 precisa ter uma capacidade de armazenamento de água, tanto no projeto como
585 nos açúdes interligados, se você vai bombear fora do momento da demanda
586 você tem que guardar essa água em algum lugar para que ela seja
587 disponibilizada no momento em que a demanda ocorre, a gente tem isso, o
588 Eixo Leste e o Eixo Norte tem reservatório, Leste não tem uma capacidade tão
589 grande assim, o Eixo Norte tem até uma capacidade maior, mas nós temos
590 depois os reservatórios interligados, temos no Ceará, tem o Castanhão para
591 armazenar essa água, na Paraíba tem o Boqueirão, Rio Grande do norte tem o
592 Armando Ribeiro, enfim, então você tem condições de ajustar sua operação
593 para minimizar esse custo, então não vemos essa questão de energia
594 fotovoltaica ter uma restrição fora de horário, uma restrição para sua utilização
595 do projeto, eu acho que a operação pode ser adaptada para beneficiar essa
596 possibilidade, só não deve investir mesmo dessa alternativa com o objetivo de
597 diminuir e gerar mais receita e menos custos do projeto no final das contas.

598 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Alguém mais quer falar sobre
599 energias alternativas?

600 **O SR. DANIELSON ARAÚJO(CODEVASF):** É só uma sugestão que já
601 conversamos na outra reunião, que é uma proposta no seguinte sentido, a
602 demanda total do PISF na primeira etapa está em 1 GW/ano e o
603 aproveitamento de todas as áreas é de 4, temos 3 adicional, é a proposta que
604 coloquei para você na última reunião, o PISF (projeto São Francisco) entra
605 como cotista, ou seja, entra com 0 reais de entrada, já que tem os pontos de
606 conexão então a energia vai ser disponibilizada no projeto São Francisco
607 independente do tempo, pode ser a noite, de madrugada, sábado ou domingo,
608 então minha vai atender seja com energia proveniente da geração local ou de
609 uma geração hidráulica, então a ideia que deixo para você mais uma vez é de
610 que não se abandonar essa ideia do cotista, você entra com a terra,
611 desapropriação, com todos, com a conexão e com o privado, nosso produto
612 final é entrega de energia.

613 **O SR. CLAUDIR COSTA (MI): O SR. CLAUDIR COSTA (MI):** É exatamente
614 nessa linha mesmo Danielson, a única coisa que, a gente que está em uma
615 fase de avaliação, temos que fazer é tentar cobrar a elaboração de um relatório
616 final bem consistente e exatamente esse tipo de oportunidade, o que que faz
617 um empreendedor lá fora escolher esse risco e não um outro? Você tem custos
618 com interligação, tem custos com compartilhamento de segurança, tem custos
619 de operação, ambientais e tal. Isso a gente sabe que existe, agora quanto vale

620 isso? Quanto é monetizar isso aí? Esse valor tem que ser o suficiente para
621 poder suprir a demanda de energia para o PISF e talvez até pagar os custos de
622 O&M. Agora se não for o suficiente, o empreendedor também não vai entrar no
623 negócio, por isso tem que ser um modelo muito consistente, muito racional
624 para gente desenvolver algo que seja factível, pra sair do outro lado.

625 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Mais alguma contribuição sobre
626 energias?

627 **O SR. ELANO JOCA(COGERH):** Eu li há 3 ou 4 semanas o Ceará lançou
628 uma APNI com essa ideia no caso do Eixão das Águas, Ceará publicou isso há
629 3 ou 4 semanas a mesma linha, só que usando como instrumento do caso o
630 Eixão das Águas que de Jaguaribe até Fortaleza talvez seja do conhecimento
631 da equipe lá modelando a mesma ideia.

632 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Lá é um pouco diferente,
633 mas assim, nesse princípio de ter um espaço físico, e tem uma demanda, lá
634 juntou-se a secretaria que está lançando a PMI está encerrando a fase de
635 consulta pública, é grande para energia solar que está começando ainda no
636 Brasil, mas pouco comparado com a magnitude do São Francisco na realidade
637 nós temos alguns pontos de consumo de energia, estação de bombeamento no
638 Castanhão, estação de bombeamento no meio do caminho que nós capitamos
639 a água da chuva quando o rio corre para jogar dentro do Eixão das Águas e
640 tem estações de bombeamento nos açudes da região metropolitana são os 4
641 pontos de consumo, então o investidor vai escolher dentro daquele princípio
642 que você falou que não adianta sair distribuindo painéis ao longo do canal todo,
643 vai escolher o melhor ponto para concentrar o seu parque solar e o estado
644 garante compra de 45 Mega através da COGERH e CAGECE que são grandes
645 consumidores de energia e representa para cada um o custo de energia de
646 30% aproximadamente de 25% a 30% da matriz de custo, então aquele que
647 oferecer a melhor economia na energia ofertada para companhia CAGECE e
648 COGERH companhia de saneamento e companhia de água bruta, é uma
649 experiência, mas assim, lá seria a intenção mais baixa e outra coisa que eu
650 acho grande segredo é isso aí, é um patrimônio, patrimônio da república, do
651 ministério e dos estados que também são beneficiados que é o ponto de
652 conexão toda essa estrutura que nós temos de o Ministério tem de linhas de
653 transmissão interligadas ao sistema nacional e os pontos de consumo, então
654 assim eu acho que dentro do espírito do projeto São Francisco, inclusive tem
655 estudos já desenvolvido pela SDR a Secretaria de Defesa Regional que é
656 daqui que é o projeto integração, que é na realidade um grande projeto de
657 instrumento regional dentro da visão é um projeto tamanho regional, esse
658 projeto tem que ser pensado na visão de múltiplos usos, se não da água como
659 são os projetos que o Patrick falou na bacia do Colorado dos EUA onde na
660 realidade todos os projetos foram desenvolvidos com a visão mais integrada e
661 o grande problema do Brasil que a gente fez um projeto do viés setorial,
662 diferentemente, por exemplo, da bacia do Colorado dos EUA que tudo foi feito
663 na visão de múltiplos usos da água, você faz um grande projeto de

transposição tem a geração de energia e tem o abastecimento de cidades e tem o abastecimento de milhões de hectares, então a água sai para irrigação a baixo custo, para as cidades ao custo intermediário e energia em uma forma de subsídio cruzado que sustenta o grande projeto, é isso, e o São Francisco não poderia ser diferente se não der para ser com a água como você mostrou aí que as vazões são baixas, que use essas vantagens dos pontos de conexão e com energia alternativa já com o saldo sobrando, isso tem que ser aproveitado em prol do benefício de melhorar o projeto, mas claro sendo atrativo para os investidores, porquê se não ganhar também não vai querer, mas queria parabenizar vocês já vem de uma condução muito interessante se aprofundando nesse negócio da gestão atual e futura do PISF parabenizo a equipe do ministério que tem trabalhado intensamente nessa divisão de aprimorar e eu acho interessante além da possibilidade que o BNDES vai mostrar que tem a parceria do futuro entrar um empreendedor privado para gerenciar tudo isso eu acho que ele só vai se interessar se misturar energia com fornecimento de água, se não ninguém vai interessar, por que você pode também nessa visão de cotista que ele falou tentar união com os estados dentro daquele princípio que você pode ter um consórcio aí dos estados participantes, um modelo francês aí que constituem bem empresas aonde participa estados e iniciativa privada é bem possível também para a gestão do São Francisco.

O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI): Obrigado a todos vamos passar a palavra agora para Agencia Nacional de Águas para falar sobre o plano de gestão anual 2018/2019.

O SR. PATRICK THOMAS (ANA): Flavia e eu vamos fazer uma dobradinha, como foi solicitado vamos falar da PGA 2018, PGA 2019, vamos falar também sobre a tarifa 2018 que ela anda junto com a definição PGA e vamos dar mais alguns informes sobre outros assuntos que são relevantes para os membros desse conselho com relação das atividades da ANA. Então como vocês sabem o PGA é o Plano de gestão anual está previsto no decreto que regulamentou o sistema de gestão e ele deve ser elaborado pela CODEVASF e aprovado pela ANA e MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO nas suas respectivas competências nós temos uma resolução de 2017 que define as condições gerais de prestações de serviço e define lá os itens que nós vamos olhar no PGA então nós recebemos PGA da CODEVASF e avaliamos a luz dessa resolução esse primeiro PGA foi um tanto excepcional por ter sido o primeiro, por ter sido encaminhado não seguindo os prazos até porque a resolução foi publicada depois do cronograma que foi estabelecido e porque alguns itens também ainda não foram, e nós dispensamos apresentação de alguns itens, mas o mais importante na nossa opinião é a repartição das vazões entre os estados, como nesse primeiro ano de operação só há bombeamento no eixo leste então foram encaminhados as repartições de valores para Paraíba e Pernambuco, o processo começa com a CODEVASF solicitando que os estados informem as suas demandas daquele ano a CODEVASF então consolida essa demanda e

708 encaminha a ANA e essa tabela consolida o resultado da nossa avaliação
709 dessa demanda então a tabela da esquerda apresenta as demandas de
710 Pernambuco que totalizam 0,75M³/s em 3 pontos de captação que estão
711 indicados ali, e as 3 demandas são para abastecimento humano e operada
712 pela COMPESA. Com relação ao estado da Paraíba, demanda total é de
713 4,67M³/S divididos em 4 pontos de captação sendo o primeiro para atender
714 abastecimento humano pela operadora estadual, por segundo para atender a
715 comunidade rurais, são sistemas isolados de abastecimento de água na nossa
716 categoria de usuário também para abastecimento humano terceiro para
717 irrigação de pequenas comunidades agrícolas que é uma VPR são as vilas
718 produtivas rurais essas comunidades, essas vilas são previstas no processo de
719 licenciamento ambiental, então dentro do processo de licenciamento tem
720 programas lá básicos ambientais PBA e tem 2 programas que determinam ao
721 MI o atendimento a essas pequenas comunidades rurais e também essas
722 Vilas Produtivas Rurais, então isso é previsto licenciamento e obrigação do MI
723 e já tem uma previsão de demanda nesse primeiro ano de operação e por fim
724 principal ponto de entrega que é no final do Eixo leste em Monteiro já foi falado
725 aqui com a vazão de 4,35 essa vazão ela é lançada no rio Paraíba e aí ela flui
726 pelo rio Paraíba atendendo a usuários ao longo do próprio rio e mais na frente
727 no reservatório do Boqueirão onde está a captação de Campina Grande que é
728 o maior usuário beneficiado com essas vazões são 4,35 M³/S então a gente
729 discriminou por finalidade, para abastecimento humano, maior parcela,
730 irrigação e uma outra parcela de outros usos que são as perdas em transito na
731 Paraíba, depois que essa água sai do PISF, do trecho ali em rio onde a água é
732 aduzida, então isso dá uma vazão total de pouco mais de 5 M³/S por segundo,
733 esses valores estão em análise, já fechamos análise técnica, tem uma nota
734 técnica, uma proposta de resolução, e essa proposta de resolução está em
735 análise pela diretoria da ANA, eu queria dá o destaque em um ponto específico
736 foi o único item que nós não aprovamos tal como foi encaminhado pela
737 CODEVASF, que é com relação com a retira do adutora Pajeú para Paraíba
738 que nos colocamos o portal reservatório, o pedido original que foi encaminhado
739 a ANA, localizava a esse ponto no trecho de canal logo antes da EBV-6 que a
740 última estação de bombeamento do eixo Leste portanto uma captação em
741 canal e na resolução de dezembro de 2017 aquela que eu mencionei
742 condições gerais prestações de serviços, nós inserimos uma condição de que
743 os pontos de entrega para abastecimento humano tinha que ser
744 obrigatoriamente localizados em reservatórios, e porquê isso ?em função a
745 experiência da equipe da ANA que já trabalhou em outro locais exemplo Ceará
746 de que esse sistema não tem condições de manter o fluxo continuo de água
747 nos canais vão havendo interrupções nessas bombas por uma série de
748 motivos, interrupções diárias, em função do custo de pequenas paradas para
749 manutenção e terão opções semanais ou mensais para manutenção para troca
750 de peças e etc. e até interrupções por períodos maiores em função da
751 demanda dos estados como a gente acabou de conversar agora a pouco,
752 enfim por exemplo se o Ceará estiver em um período que estiver uma boa

753 recarga nos reservatórios não precisa pedir água e as bombas não vão
754 funcionar durante alguns meses, ou se a energia estiver mais barata no
755 período húmido você pode bombear mais em período húmido e não bombear em
756 outro período, ou seja, essas bombas não vão funcionar continuamente e uma
757 captação que esteja localizado no canal, logo a jusante da bomba, ela não vai
758 ter garantia hídrica, se a bomba não vai funcionar continuamente não vai ter
759 água fluindo por aquele canal continuamente, então para evitar interrupção do
760 atendimento do abastecimento humano que são prioritárias e continuas foi
761 estabelecido essa regra para que ele se localizasse em reservatório, porque os
762 reservatórios dentro do projeto tem uma capacidade de armazenamento e eles
763 equalizam esse tipo de problema até porque interrompido o bombeamento o
764 reservatório tem água e ele tem uma certa autonomia dependendo do volume e
765 da demanda, então essa foi a lógica dessa regra, mas nós estamos sempre lá
766 no campo acompanhando e descobrimos que estava em execução uma obra
767 pelo DNOCS dessa captação da adutora do Pajeú nesse ponto do canal, então
768 como nós entendemos que essa não é a melhor solução técnica como eu já
769 mencionei e isso está em desconformidade com a resolução a nossa
770 recomendação quando isso foi detectado foi que o MI fosse notificado com
771 relação a essa situação e de que no PGA isso não foi aprovado tal como
772 proposto. Então a nossa recomendação na área técnica que se aprove a
773 demanda, porque existe a necessidade de atendimento dessas comunidades,
774 dessa vazão, porém não no ponto de captação onde ela está prevista, a
775 aprovação fica condicionada a alteração do ponto de captação do eixo para o
776 reservatório mais próximo, para qualquer reservatório, provavelmente o
777 reservatório mais próximo que é o reservatório de Campos, para se ter uma
778 ideia são apenas 6,5 quilômetros desse ponto até o reservatório de Campos, é
779 uma obra complementar que pode utilizar a estrutura que já existe lá do poço
780 de sucção, são R\$13,7 milhões, há uma concordância já do DNOCS com
781 relação a essa obra, e uma concordância do MI em relação a isso.

782 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** A dúvida é exatamente essa, na
783 altura do Pajeú, que atende 80% da cidade de Pernambuco, em princípio agora
784 a cidade de Princesa Isabel na Paraíba, mas já foi contatado com MI e DNOCS
785 que vão fazer alteração desse projeto da adutora do Pajeú, é um projeto que
786 está aprovado a bastante tempo e agora no caso vai ser feita a alteração dessa
787 captação 480 L/s ao invés de ser do canal passa ser na Barragem.

788 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** A aprovação da captação no
789 Canal segundo o Jimmu, foi feita antes da resolução de vocês, então deve ser
790 adaptada, mas a gente vai ter um tempo de adequação até para inserir no
791 orçamento o custo, mesmo sendo pequeno eu tenho que ter o planejamento
792 para o orçamento do ano que vem e tudo mais.

793 **O SR. OSCAR CORDEIRO NETTO (ANA):** Inclusive hoje mesmo eu
794 encaminhei aqui para o MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, respondemos a essa
795 sua consulta, na verdade até propondo que houvesse um tempo de adaptação,
796 solicitamos ao MINISTÉRIO um cronograma de execução dessa solução
797 definitiva, para que a gente possa avançar na discussão. Enfim, fica o alerta

798 para os Estados de que qualquer captação para abastecimento para
799 abastecimento humano diretamente nos canais, aliás operado pelas
800 companhias Estaduais de saneamento está em desconformidade com as
801 regras da operação.

802 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Vocês precisam ver o
803 seguinte, o atendimento dessas comunidades rurais, as EPR mas infinidade de
804 comunidades rurais daqueles do sistema, que inclusive o ministério já repassou
805 o dinheiro para os estados, só o Ceará recebeu não sei quantos milhões, eu
806 acho que boa parte do Ceará é ali, só tem aquele trecho de canal que cruza na
807 região ali em Mauriti, Brejo Santo e ali depois daquelas barragens conjugadas
808 ali em Brejo Santo não tem mais barragem não, e esses projetos já foram tudo
809 feito e licitados.

810 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Nós consideramos isso, essa comunidades
811 rurais como eu falei, elas estão previstas no licenciamento ambiental, então é
812 uma obrigação do MI para cumprir esse licenciamento e atender essas
813 comunidades, são 75 L/s de vazão total para dessas comunidades, são 65
814 captações, esse é o total mas as vazões média variam de menos de 1 litro de
815 até no máximo 6 L/s por ponto de captação, são captações pequenas que na
816 nossa avaliação você consegue soluções de engenharia de acumulação de
817 água, então na resolução para essas comunidades a gente colocou que é
818 preferencialmente nos reservatórios, então se for possível nos reservatórios, se
819 não fica onde já está previsto nos "PBA's" já tinham previstos.

820 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** O problema do projeto
821 de São Francisco é porque ele não uma coisa que todos os canais dessa
822 magnitude têm, comportas ao longo de 5, 10 quilômetros, só colocou
823 comportas na saída dos reservatórios, então quem projetou o canal lá atrás nos
824 anos 90, início dos anos 2000, se tivesse as comportas você podia manter o
825 canal cheio mesmo com o bombeamento parado por um tempo, e para essas
826 vazões pequenas resolveria, é o caso ainda é tempo, você pode colocar
827 comportas baratas, nós fizemos isso no canal do trabalhador do Ceará, para
828 exatamente garantir essas captações pequenas.

829 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Teixeira você ainda agiliza, ajuda
830 na manutenção porque um canal seco ele tem o efeito subpressão que quebra
831 a placa, destrói uma série de coisas, se mantivessem ele cheio d'água, não
832 estaria exposto ao sol nem teria o problema de subpressão.

833 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Vamos em frente, o PGA de 2018 é isso,
834 PGA de 2019, esse cronograma que está aparecendo na tela é o cronograma
835 das condições gerais de prestações de serviço aquela de dezembro do ano
836 passado, ele estabelece até 15 de julho o prazo para a ANA fazer reuniões
837 com os estados para discutir as regras de operação dos reservatórios, como
838 vocês sabem a ANA tem responsabilidade desses reservatórios de domínio da
839 União, temos feito essas reuniões, dessas reuniões já saíram até uma
840 recomendação para Barra do Juá que recebe a água do Eixo Leste em
841 Pernambuco de uma demanda lá de cerca 1 m³/s para atender um perímetro
842 de irrigação, o outro Poço da Cruz não solicitou um vazão, enfim essas

843 reuniões fazem parte do nosso processo contínuo de trabalho, não só nesses
844 reservatórios beneficiados pelo PISF, mas todos os reservatórios onde a gente
845 atua no Nordeste. O passo seguinte é o encaminhamento pelo estados, é
846 importante essa reunião hoje aqui, dos planos operativos anuais, que são as
847 demandas de cada estado para o ano de 2019, no ano de 2019 pela previsão
848 que o MI apresentou nós vamos ter condições de atender o estado do Ceará
849 pelo Eixo Norte, então precisamos ter as demandas além da Paraíba e de
850 Pernambuco para o Eixo Leste, tem também as demandas do Ceará para o
851 Eixo Norte e eventualmente uma demanda da Paraíba para o Eixo Norte, e
852 eventualmente até o Rio Grande do Norte se houver interesse do Rio Grande
853 do Norte em receber água do PISF em 2019, então é muito importante que os
854 estados estejam atentos a esse prazo 15 de agosto para envio das suas
855 demandas para a CODEVASF, que é o plano operativo anual precisa ter a
856 discriminação daquelas informações que eu mostrei, o ponto onde está
857 localizado a retirada, a vazão, a categoria de usuário, se a operadora estadual
858 se é um SAI, se é comunidade produtiva rural e se aquela demanda é para
859 abastecimento humano, irrigação ou outros usos, então mais uma vez 15 de
860 agosto de 2018 é menos de um mês da data de hoje, é preciso que os estados
861 logo preparem essa proposta e encaminhar para a CODEVASF, a
862 CODEVASF tem um prazo até 15 de outubro para consolidar essas demandas,
863 fazer seu planejamento interno e encaminhar para a ANA, e a ANA até 15 de
864 novembro para se manifestar com relação a proposta, e finalmente até 15 de
865 dezembro o PGA deve ser publicado, uma vez publicado ele passa a ser um
866 anexo do contrato entre a operadora estadual e a CODEVASF, ele vincula esse
867 contrato porque os valores contratados pela operadora estadual vão ser
868 aqueles que constam no PGA, o estado fica com a responsabilidade de pagar
869 as tarifas em função do que for contratado no PGA, então é importante 15 de
870 agosto desse ano o envio dos planos operativos anuais. Agora tarifa para 2018,
871 antes de entrar na tabela só vou explicar como ela foi calculada, como todos
872 vocês sabem, nós discutimos em 2017 uma metodologia de cálculo da tarifa,
873 essa metodologia passou por uma audiência pública, onde recebemos
874 contribuições dos estados, da CODEVASF e outros interessados, então nos
875 consolidamos em 2017 a tarifa, e fizemos um cálculo naquele momento que
876 era uma estimativa de tarifa com base na vazão total que era 26,4 , estão
877 lembrados de uma valor de 400 a 500 milhões de reais ano, para esse ano nos
878 utilizamos então a mesma metodologia, apenas fizemos uma atualização dos
879 valores porque a referência daquela metodologia era julho/16, agora
880 atualizamos para dezembro/17, então custos de operação e manutenção,
881 salários, cargos, enfim todos os valores que foram considerados foram
882 atualizados para dezembro de 2017, também atualizamos o valor da energia
883 elétrica, consideramos o valor mais recente que a gente tinha que a
884 CODEVASF contratou que é de R\$ 378,00 /MW, então chegamos então em
885 um valor total, que vocês estão vendo ali de 291 milhões, mais ou menos que é
886 o custo de operação e manutenção para o ano todo de 2018, depois eu vou
887 explicar o cálculo para o que vai ser operado mesmo de operação comercial de
888 2018, custo total anual é de R\$291, milhões de reais e esse custo se divide em
889 duas parcelas, a fixa e a variável, vocês conhecem a metodologia, fixa é aquela
890 parcela que os estados tem que pagar independentemente de haver

891 bombeamento e ela corresponde a todos os custos que existem independente
892 do bombeamento, então aluguel de sede, salário de pessoal, custo de energia
893 elétrica fixos, todos os custos que existem independentemente de haver
894 bombeamento, daí o valor é de quase R\$ 154 milhões de reais, tem uma
895 característica interessante, vocês estão vendo ali o valor para Paraíba é de R\$
896 36 milhões independente da vazão bombeada, e Pernambuco R\$ 5,7 milhões
897 independente da vazão bombeada, aparece ali um valor para União de R\$112
898 milhões, a lógica é que o sistema hoje não está totalmente disponível, então
899 por exemplo o Eixo Norte, ele não está disponível ainda para os estados e uma
900 parte do Eixo Leste corresponde ao ramal do Agreste também não está
901 disponível, o estado não tem como pleitear uma determinada parcela da vazão
902 porque ela não está disponível porque a UNIÃO ainda não concluiu a obra,
903 então essa parcela não disponível para os estados, ela na nossa avaliação
904 deve ser paga pela UNIÃO, até que a União disponibilize essa parcela da
905 vazão para os estados, fazendo uma analogia que o Mota falou, é como um
906 condomínio que você muda, e você é o primeiro morador do condomínio,
907 quando você entra para morar no prédio novo, então você entra recebe seu
908 apartamento você passa a pagar taxa de condomínio do seu apartamento,
909 agora o apartamento do lado que o morador ainda não entrou tem quem paga
910 a taxa de condomínio é a construtora e ela fica pagando até que o morador
911 entre no seu apartamento e assine o contrato, então no nosso caso a UNIÃO
912 seria a construtora, e ela fica arcando com a taxa de condomínio até que o
913 apartamento esteja disponível para o morador entrar e morar, o meu
914 condomínio por exemplo eles fizeram dois blocos primeiro e depois fizeram
915 mais outros dois blocos, então a construtora ficou pagando o custo do
916 condomínio referente aos dois blocos que ainda não estavam prontos, até que
917 eles ficassem prontos e os moradores entrassem, então é mais ou menos essa
918 analogia, mas enfim, o custo existe, a CODEVASF precisa do recurso, ele foi
919 calculado, está discriminado aí, e está associado nesse momento à UNIÃO,
920 essa é uma situação excepcional, transitória e que vai acabar assim que as
921 obras foram sendo entregues, então é isso. Com relação a parcela variável,
922 essa só ocorre quando há o bombeamento, seu custo está praticamente todo
923 associado aos custos de energia elétrica do bombeamento, vai ser proporcional
924 a vazão entregue, claro só tem um valor associado ao estado de Pernambuco
925 e o outro é o valor do estado da Paraíba R\$ 118 milhões para Paraíba e quase
926 19 milhões para Pernambuco se eles bombear em toda a vazão que está
927 prevista no PGA totalizando R\$ 137 milhões de reais, então esse é o custo
928 anual, Deusdete você achou caro ou barato?

929 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA (PB):** Caríssimo

930 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Qual é essa vazão
931 média?

932 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** 4,67

933 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Mas de Pernambuco da
934 5 e pouco?

935 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Isso 5 e pouco.

936 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Eu digo é o total.

937 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Isso total.

938 **O SR. Patrick THOMAS (ANA):** só um pouquinho, só para entender um pouco

939 da UNIÃO, se a gente estivesse entregando toda a vazão automaticamente

940 esses 112 migraria para Pernambuco.

941 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Na verdade não, ali o custo total do projeto,

942 então tem o Eixo Norte também.

943 **O SR. MARCEL OLIVI (MP):**Estou falando o Eixo Leste.

944 **A Sr.^a. MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** Seria 27.

945 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Seria 27, veja essa divisão foi feita com

946 base nas vazões, então pegamos as vazões, que estão solicitadas para

947 Pernambuco e Paraíba, e associamos, apropriamos do custo total a proporção

948 ela tivesse as vazões para Pernambuco e Paraíba, o restante da vazão foi

949 apropriada para UNIÃO, amanhã quando o Eixo Norte estiver pronto e

950 disponível, quando o Ramal do Agreste estiver pronto aí você vai disponibilizar

951 para Pernambuco uma vazão maior do que está disponível hoje, a parcela que

952 está hoje para UNIÃO vai passar para Pernambuco. Eu só não queria fixar o

953 valor, porque por exemplo, o Ceará pode pedir mais do que hoje está atribuído

954 na outorga originalmente, então se ele pedir mais ele pode assumir uma parte

955 daqueles 27.

956 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA:** Você está considerando que vazão de

957 Pernambuco?

958 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** É a diferença entre 0,75 é a vazão

959 originalmente prevista, que eu posso dizer já quanto é, é 4 e alguma coisa,

960 4,95, eu tenho que ver aqui.

961 **A Sr.^a MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** Pernambuco é

962 um pouquinho maior que a Paraíba.É cinco e pouco.

963 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** É a diferença entre 0,75 e 5 e pouco.

964 **O SR. MARCEL OLIVI (MP):**O Eixo Leste vai conduzir água para Paraíba e

965 Pernambuco?

966 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Isso.

967 **O SR. MARCEL OLIVI (MP):** Então Paraíba eu tenho uma saída de água que é

968 lá no boqueirão, na saída de Monteiro. Monteiro teoricamente está pronto, fora

969 o conserto dos reservatórios, mas está pronto é possível?

970 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Isso.

971 **O SR. MARCEL OLIVI (MP):** Pernambuco não porque tem a saída do Ramal

972 do Agreste? Obra iniciada Isso aqui é exclusivamente em função do Ramal do

973 Agreste?

974 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Exatamente, quando o Ramal do Agreste

975 ficar pronto a parcela total da UNIÃO zera.

976 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Patrick só uma coisa, enquanto
977 não estava saindo o Ramal do Agreste, nós financiamos para Pernambuco a
978 adutora do Moxotó, que vai tirar uma parte dessa vazão que estão pedindo,
979 então tem que incluir a adutora do Moxotó porque já estão pedindo para
980 bombear, está com adutora pronta para iniciar o bombeamento.

981 **SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Volta lá no PGA, é o segundo slide, ela está
982 lá, está com 0,45, ali Moxotó 450 L/s, eles devem ter colocado a vazão de
983 2018, mas eles colocaram. Enfim, eles já estão captando outros pontos, mas
984 não estão usando ainda a vazão do Ramal do Agreste. Ficou claro?

985 **O SR. MARCEL OLIVI (MP):** Patrick, Pajeú também está nessa análise?

986 **SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Sim, mas é uma vazão menor, 260 litros para
987 esse ano.

988 **O SR. O SR. MARCEL OLIVI (MP):** 2019 entra com vazão maior?

989 **SR. PATRICK THOMAS (ANA):** A credito que sim, eles ainda vão mandar para
990 a gente, mas desse ano é 260 litros que é menos do que a capacidade. Marcel
991 este claro?

992 **O SR. MARCEL OLIVI (MP):** Sim.

993 **O SR. MARCIO NAHAS RIBEIRO (MF):** Patrick, antes de fechar a dúvida do
994 Marcel, eu não sei se tem mais alguém surpreso do quanto a pagar para
995 UNIÃO, não sei se está previsto em despesas de pré-operação, se tem um
996 taxímetro correndo enquanto as obras não entregam a capacidade de adução
997 para os estados que vão receber, há alguma previsão no orçamento para
998 custear isso? A despesa de pré-operação compreende parte dessa conta?

999 **A Sr.ª JULIANA SILVEIRA (MI):** Nas contas que foram feitas na ação que
1000 ocorre dentro da pré-operação, como foi calculado, a energia que a gente ainda
1001 vai precisar para o Eixo Norte, que vai está em fase de pré-operação total, o
1002 contrato que a gente tem de pré-operação, provavelmente esse valor ele não
1003 vai cair totalmente sobre a UNIÃO, porque boa parte ainda vai está sendo feito
1004 sobre a pré-operação, esse valor que a ANA calcule é sobre o todo, só que a
1005 partir do custo fixo do eixo Norte vai está sendo feita pela gente, não vai entrar
1006 o valor total, agora se você me perguntar se foi pensado uma rubrica só para
1007 bancar isso, não foi feito.

1008 **A Sr.ª CRISTIANE BATTISTON (MP):** A CODEVASF é uma empresa
1009 dependente, tudo vai ter que está no orçamento, a diferença aqui é aquela
1010 parte da Paraíba e Pernambuco vai entrar como receita para vocês, e a gente
1011 coloca no orçamento aqui da CODEVASF.

1012 **SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Eu queria só fazer um comentário que você
1013 mencionou fatura surpresa, não foi a ANA que inventou isso, foi criando uma
1014 portaria, um grupo técnico interministerial com planejamento, com integração,
1015 casa civil, que discutiu vários itens na gestão do PISF, esse foi um dos itens,
1016 tem uma Nota Técnica do planejamento que apresenta as conclusões e essa é
1017 uma das conclusões, da União arcar a parcela do custo referente a vazão não
1018 disponível ainda, e outra coisa, a UNIÃO já está arcando, na fase de pré-

1019 operação, até que o sistema entre em operação na pratica a UNIÃO cobra R\$
1020 291 milhões, quando começar a operação vai diminuir para 112 ou na verdade
1021 vai diminuir para o complemento que faltar para a operação, então na verdade
1022 não vai ter um desembolso de 112, os recursos estão sendo hoje transferidos
1023 para o MI, vão ser para CODEVASF para operar o sistema.

1024 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA (PB):** Patrick em questão do PGA da Paraíba,
1025 como é essa conta? A essa altura já vai estar pronta no fim do ano? Tarifa de
1026 2018 não vai mais entrar em efetivação, não vai ser efetivada, a gente vai ter
1027 que ter muito cuidado para 2019, principalmente João Fernando que está aqui,
1028 que é da AESA, estimado 260 L/s para Paraíba pela adutora do Pajeú, hoje se
1029 eu junto com o próximo ano inteiro eu não consigo mais de 30 L/s, ele está indo
1030 da COMPESA para a Paraíba, o outro lado que a gente tem que levar em conta
1031 é da adutora que está sendo feita da barragem de Boqueirão, uma bacia bem
1032 próxima, o projeto está aprovado para Pernambuco, contraria a questão da
1033 resolução e assim entrar na conta de Pernambuco, está indo captar na Paraíba
1034 voltando para atender a cidade de Pernambuco, então a gente vai ter que
1035 realmente ter muito cuidado para 2019, como a gente estava em 2018 na fase
1036 de operação.

1037 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Pernambuco vai captar
1038 na Paraíba.

1039 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA (PB):** Sim, vai levar para atender, mas faz
1040 sentido, na verdade teria que pegar a água no canal, porque pegando no rio
1041 que economiza bastante é logico que vai entrar na captação no PGA na conta
1042 do Pernambuco.

1043 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Esse 260 veio no pedido da Paraíba, então
1044 vocês mesmo que pediram, em 2019 vocês tem que levar isso em
1045 consideração para detalhar esse pedido de forma diferente, agora a questão da
1046 tarifa em 2018, vocês sabem que a outorga tem uma condicionante a Flávia vai
1047 falar disso de que o início da operação deve ocorrer até 31 de dezembro de
1048 2018, então estamos trabalhando com a perspectiva da operação comercial
1049 começar em 2018, não vai ser pela falta de aprovação do PGA ou da tarifa, que
1050 não vai ter operação em 2018, será por outros motivos, mas isso descumpre a
1051 outorga, discussão que depois a gente tem que fazer, porque a nossa
1052 recomendação é até de não prorrogar esse prazo de novo, por motivo de
1053 gestão, mas vamos em frente, calculamos a tarifa unitária, dividindo esse valor
1054 anual pelo volume total anual do PGA, chegamos o valor de PDD de R\$ 0,24
1055 centavos para tarifa fixa, e de R\$ 0,80 centavos para tarifa variável, dando um
1056 pouquinho mais de R\$1,00 do valor total, PDD para quem ainda não sabe é a
1057 provisão de devedores duvidosos, que é o modelo de garantia que prevê um
1058 acréscimo na tarifa para você capitalizar um fundo que a CODEVASF pode
1059 acessar quando houver uma inadimplência para cobrir seus custos de
1060 operação e manutenção, agora para essa garantia se efetivar precisa ter um
1061 início de pagamento, porque se ninguém pagar desde o início esse fundo não
1062 se capitaliza, se vocês tiverem interesse depois a gente pode mandar como
1063 isso foi calculado, mas a ideia é essa e a nossa recomendação é que conste

dessa tarifa de 2018 o PDD que ele seja acrescido a tarifa até que os estados acordem com a CODEVASF uma garantia adequada que não aconteceu até o momento, e para o cálculo de 2018, nós vamos considerar data em que o contrato for assinado e a partir dessa data nós vamos ver o volume que vai ser entregue até o final do ano, do valor a ser pago vai ser proporcionalmente obviamente a esse volume, então se faltar um mês, por exemplo, se for assinado dia 30 de novembro vai se 1/12 avos de 291, o valor que vai ser pago vai ser proporcional, estados e UNIÃO, atenção a pizza ali que dá quase $\frac{3}{4}$ do valor total que está sendo arcado pela UNIÃO nesse primeiro momento, mas isso é bem influenciado pelo fato do Eixo Norte não está operacional. Bom, tem aqui alguns outros temas, essa resolução de condições mencionamos várias vezes, estamos ultimando a publicação dos manuais de contabilidade de controle patrimonial, isso é um assunto mais afeto a CODEVASF, concluímos os manuais ele está na fase de aprovação pela diretoria, estamos desenvolvendo uma nota técnica com resolução de indicadores de prestação de serviços é como a ANA vai avaliar da CODEVASF está prestando um bom serviço então tem diversos indicadores, por exemplo, perdas físicas tem o indicador, indicadores de energia elétrica, eficiência, bombas estão sendo operadas, fizemos um audiência pública, não recebemos contribuições dos estados, está aqui um puxão de orelha de leve, não tivemos contribuições dos estados era importante, recebemos da CODEVASF, mas isso vai afetar depois, quando vocês reclamarem que a CODEVASF não está prestando um bom serviço, com base nos indicadores que vamos avaliar se ela está prestando um bom serviço, então estamos agora avaliando as contribuições que recebemos, basicamente a CODEVASF, e por último está em discussão o modelo de consórcio público, a Casa Civil coordena esse trabalho, estamos apoiando e tem uma minuta de protocolo de intenções que elaboramos com o ministério, vai ter uma reunião no dia 1º de agosto, para dar continuidade a essa discussão do consórcio público, na casa civil, como alternativa se a operadora federal em paralelo ao trabalho que o BNDES está desenvolvendo, eu vou passar para a Flávia agora, para ela abordar questões específicas de monitoramento e de segurança de barragens.

SR. PATRICK THOMAS (ANA): Tem uma proposta de protocolo de intenções que a ANA elaborou com o Ministério da Integração, a casa civil que está coordenando toda essa discussão, ela chamou para uma reunião dia 1º de agosto para discutir essa proposta e dar os encaminhamentos, não sei se o David ou o Zaqueu querem complementar essa informação.

O SR. DAVID MEISTER (CC/PR): Está perfeito, então na verdade é uma proposta de inicial que foi trazida pra gente de maneira mais concreta pela ANA, juntamente com o MI, fecharam uma primeira versão de consenso, a gente está discutindo conjuntamente, já tem uma outra reunião marcada para o início de agosto, eu acho que o momento é bem oportuno porque no Congresso Nacional, no Senado, estou até com a notícia aqui tem um projeto de resolução do Senado 31 de 2017 que vai exatamente ao encontro dessa

1108 proposta, permite a formação de consórcio que seja de número municipal ou
1109 estadual com possibilidade de financiamento de empréstimo, então é uma
1110 solução que estamos discutindo ainda, no bojo de gestão maior, de gestão do
1111 PISF, porque no primeiro momento não tem dúvida nenhuma que é o que está
1112 na legislação atual, a operadora Federal CODEVASF vai assumir, a
1113 expectativa é que assuma em curto prazo ainda essa não, depois tem outras
1114 questões que estão sendo avaliadas até pelo BNDES, está contratando fundos
1115 para uma nova concessão, existe essa outra possibilidade da formação de
1116 consórcios públicos que a gente preferencialmente gostaria que fosse sem a
1117 participação da UNIÃO, mas é uma questão que está em análise, mas eu
1118 queria deixar bem claro que por mais bem vindas que seja essas novas
1119 estruturas de gestão, a gente tem que ser bem claro que no primeiro momento
1120 a gente conta até por força legal com a CODEVASF, então a CODEVASF é a
1121 Operadora Federal do São Francisco, com isso estamos trabalhando para
1122 agora, agora para o futuro esse modelo pode ser aperfeiçoado? Pode, estamos
1123 discutindo na questão do consórcio.

1124 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Só complementando a resposta,
1125 o Ministério entende que tem que iniciar, até pelas negociações com a ANA,
1126 tem que iniciar as operações comerciais até o final do ano, e pretende que
1127 estejam assinados os contratos com os estados que são atendidos pelo Eixo
1128 Leste pelo menos até 31 de dezembro.

1129 **A Sr.^a FLÁVIA BARROS (ANA):** Eu vou fazer um panorama da questão da
1130 fiscalização do PISF e nossas estações de monitoramento da construção e da
1131 pré-operação, então a ANA tem atribuição de fiscalizar o uso dos recursos
1132 hídricos, fiscalizar a segurança de barragens e fiscalizar o serviço público de
1133 adoção, então o PISF com essas 3 atribuições nossas, nós temos que olhar o
1134 PISF para essas 3 atribuições e a ANA tem acompanhado, tanto
1135 implementação a construção e a pré-operação do sistema, com relação a
1136 fiscalização do uso e foi o que Patrick comentou agora mesmo, na última
1137 resolução da outorga que já foi revista o prazo para início da operação da
1138 primeira fase do empreendimento é dia 31 de Dezembro de 2018 e aqui que a
1139 gente fiscaliza os termos de outorga as condições da outorga e com isso, e
1140 com isso as vazões captadas nas estações de bombeamento, as condições de
1141 operação definidas e os principais aspectos com relação também a
1142 implantação da cobrança, então para iniciar essa primeira etapa tem que
1143 implantar a cobrança de adoção e a operação e manutenção dos
1144 equipamentos de monitoramento das vazões e a locação das águas do PGA,
1145 então as nossas preocupações também são as vazões entregues nos pontos
1146 de entrega do PISF, vou comentar um pouco ali na frente, então a gente está
1147 com essa data que o Luitgards comentou que a gente está esperando dia 31
1148 de Dezembro tem início da operação oficial, se não vamos ter uma nova
1149 revisão de outorga e essas questões todas, com relação a segurança de
1150 barragens, a gente verifica o atendimento da resolução da ANA é a 236 de
1151 2017, essa resolução ela determina as questões dessas questões de

1152 segurança de barragens, e a elaboração de inspeções especiais elaboração
1153 do Plano de Ação Emergencial o plano de segurança e o plano de ação
1154 emergencial e as revisões periódicas e com isso a gente também tem
1155 acompanhado os enchimentos dos reservatórios como um todo e o que tem
1156 acontecido com as barragens no caso das barragens que tiveram problemas de
1157 segurança, a ANA acompanha constantemente, as barragens do eixo leste são
1158 12 barragens, todas elas já tem o plano de segurança e tem o PAE, os
1159 acidentes de Barreiro que foi em março de 17 e que agora o Luitgards
1160 comentou que concluiu, nós estivemos lá durante a recuperação da barragem
1161 logo que aconteceu o problema também, tem Cacimba Nova que também teve
1162 problema e a gente tem 2 barragens aí que sei que vocês também já estão de
1163 olho que é Braúnas e Barro Branco que já identificamos alguns problemas que
1164 a gente, quando a equipe do ANA vai para campo e identifica algum problema
1165 a gente imediatamente notifica e comunica o MI para ir acompanhando junto
1166 com eles, com relação ao Eixo norte são 16 barragens, a barragem de Tucutu,
1167 Terra Nova e Serra do Livramento elas já estão com o plano de segurança e
1168 estão com o PAE elaborado e o enchimento foi concluído e as inspeções
1169 especiais foram realizadas, e o que acontece quando ela vai encher e vai ter
1170 uma inspeção especial, que é essa inspeção que vai definir nesse enchimento
1171 se tem algum problema, como recuperar a barragem, então é fundamental que
1172 tenha inspeção especial, a barragem de Mangueira ela está em fase de
1173 enchimento, essas informações que eu estou passando são exatamente que a
1174 gente recebe oficialmente do MI e com as nossas idas a campo a gente vai
1175 checando, ela já tem inspeção especial já realizada e o PAE e o plano de
1176 segurança nós sabemos que ele já foi feito, mas ainda não foi apresentado,
1177 então ainda não temos ainda para ANA essa barragem não tem nem o PAE e
1178 nem o plano de segurança, o PAE não foi nos entregue, as demais barragens o
1179 que o MI tem feito à medida que ele vai construindo a barragem vai fazendo o
1180 PAE e vai fazendo o plano de segurança e vai nos encaminhando a
1181 documentação aí a gente tem acompanhado passo a passo essa questão, com
1182 relação a fiscalização do serviço público de adoção nós acompanhamos então
1183 a execução do PGA as vazões dos volumes de entregas, a gente vai ter que
1184 acompanhar isso, os indicadores de desempenho que está em fase de
1185 avaliação da ANA para emitir a resolução, a partir dessa resolução dos
1186 indicadores de desempenho a gente vai fechar a nossa resolução sobre
1187 fiscalização de serviços, porque a fiscalização tem tudo a ver com quais são os
1188 indicadores e como a gente vai fiscalizar esses indicadores e tem as exigências
1189 específicas sobre a instalação de equipamentos de medição de vazão que eu
1190 vou comentar a seguir, então o que nós temos discutidos e o que ainda a gente
1191 espera que até dezembro que essas questões todas ainda sejam resolvidas e
1192 concluídas, a instalação dos medidores de vazão a totalização dos volumes
1193 então ele ainda precisa concluir e definir esses medidores, definir essa
1194 instalação nos pontos de entrega estabelecidos no PGA e que a gente receba
1195 essa informação, a gente está fazendo esses ajustes para quando a ANA vai
1196 ter acesso a esses dados continuamente, o sistema de troca de informação a

1197 gente precisa ajustar, a adequação da instalação de medidores de vazão do
1198 Eixo Norte tem alguns medidores no Eixo Norte que tem problema não foram
1199 instalados conforme a especificação técnica, então o próprio MI já tinha um
1200 relatório que já tinha nos passado e eles estão avaliando como rever isso aí,
1201 como ajustar porque eles não vão dar vazão necessário então a gente precisa
1202 ajustar essa questão.

1203 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Luitgards, era só, já que
1204 a Flávia abordou um pouquinho aí no final o que era esses reservatórios e
1205 associados né ao PISF né, que são impactados direto ou indiretamente com a
1206 água transferida. Eu acho que recebi algum dia, não sei se foi ANA ou foi de
1207 vocês aqui, uma metodologia para inspeção de reservatório que vai receber
1208 água, acho que tinha alguma coisa, tinha não? A segurança de barragem, acho
1209 que era esse organograma das ações está não? o reservatório estava naquele
1210 organograma das ações estava não?

1211 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI) :** Não.

1212 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Os reservatórios estão
1213 em condições de receber? não está não.

1214 **A Sr. ^a MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** Não. O que tem
1215 ali, e que o estado quando quiser fazer pedido de liberação de água, tem que
1216 vim um parecer falando se o leito que vai receber essa água, está em condição
1217 se está tudo certo.

1218 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** E se o reservatório está
1219 bem.

1220 **A SR. ^a MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** E se o
1221 reservatório também, isso.

1222 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Eu coloquei isso,
1223 porque, a gente já vem de algum tempo com Agência Nacional de Águas,
1224 tentando resgatar uma perda de cooperação que a gente tinha com o DNOCS,
1225 desde ano de 2000, desde o ano 1994, você não tinha nem nascido ainda.
1226 Desde o ano 1994 que a gente tem um termo de cooperação com o DNOCS,
1227 Secretária de Recursos Hídricos, e que o DNOCS, e depois que a COGERH
1228 nasceu da revitalização e também a ANA quando surgiu em 2000, passou a ser
1229 tri partido, assinando o estado através da SRH e Agência Nacional de Águas e
1230 a COGERH, DNOCS e ANA, então só o estado e ANA que era desde 1994.
1231 Então nunca houve um programa pra gente trabalhar junto aos reservatórios é
1232 trabalhar sobre tudo a gestão das águas, alias a coisa está muito informal que
1233 a gente tenta desde 2016, em Luitgards, que foi naquela reunião no Ceará que
1234 a gente apresentou como modelo alternativo para aquilo que estado tem de
1235 compromisso né, que seria passar as barragens para os estados, eu digo
1236 alternativamente para não matar o DNOCS de vez, a gente pode fazer aquele
1237 termo de parceria que tinha no Ceará, maldita hora que eu fui dizer isso.
1238 Porque quando eu fui dizer isso aí, desde 2016 que está em cima da mesa do
1239 Diretor Geral do DNOCS para a gente renovar esse termo de cooperação e
1240 não se consegue aí a gente ficou no limbo até para poder trabalhar a questão

1241 de segurança de barragem que o estado e o outorgante de praticamente de
1242 todas as barragens que tem no Ceará, que quase todos os rios no Ceará são
1243 estaduais né, nós somos, vamos dizer os fiscalizadores segundo a lei de
1244 segurança de barragem, nós somos fiscalizadores do Castanhão, Orós
1245 ,Banabuiú, nós somos os fiscais, e eu estou inclusive baixando a portaria que
1246 determinando que a COGERH intervenha nas barragens do DNOCS caso o
1247 DNOCS não as recupere ne, usando a lei de segurança de barragem na figura
1248 do fiscalizador que dirá que se o DNOCS não recuperar a barragem, o
1249 fiscalizador pode mandar recuperar, antecipadamente já de acordo com a
1250 COGERH, mas só que isso causa um conflito, uma confusão, o estado entrega
1251 a obra federal, na área federal, e prejudica um pouco também a locação de
1252 área, que sempre foi uma coisa consagrada do estado e a ANA está tentando
1253 resolver isso, a gente tentando fazendo um acordo de cooperação de estado e
1254 ANA sozinho, que o DNOCS recusa assinar, aí eu volto a pensar que não sei
1255 como fazer para passar tudo que é de açude para o estado, não sei se precisa,
1256 que as vezes nós recebemos uns reservatórios do DNOCS de menor porte,
1257 acho que através de uma lei aprovada no Congresso Nacional.

1258 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI) e Sr.ª MARIANA PRADO**
1259 **FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** No Senado.

1260 **A SR.ª MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** No Senado.

1261 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** No Senado, então pega
1262 essa lei no Senado e mandar passar tudo para o estado, para poder cumprir
1263 aquele termo de compromisso, Ceará recebe, Castanhão e tudo.

1264 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Os Senadores do Nordeste e que
1265 tem que resolver isso, porque os Senadores do Nordeste também são quem
1266 indicam o Diretor do DNOCS. Esse conflito aí é interesse dos próprios
1267 Senadores, porque é simples deles resolverem.

1268 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Porque isso vai ser um
1269 problema, para atender esse termo de cooperação da ANA entendendo, vai ser
1270 um problema, vai ficar pendente que a gente fica num jogo de empurra, nós
1271 estamos lá.

1272 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI) :** Teixeira, se lembra que nós já
1273 tivemos reunião com o Ângelo presente, que a gente tentou fazer isso, e o
1274 Ângelo trouxe, a Procuradoria dele e disse que ia entrar com ação. Tem uma
1275 ação contra o Ministério contra essa atuação de repasse de açudes porque é
1276 patrimônio do DNOCS que é um órgão.

1277 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Não, eu digo que estou
1278 para fechar com a COGERH e o DNOCS passam a ser sediar agora no estado,
1279 porque ele não cobrar água, então passa a ser o gestor né, então lá entra o
1280 DNOCS até, mais precisa resolver isso está entendendo, assim, tudo bem, está
1281 acabando o governo. O próximo governo a gente ver aí, de repente. Somente
1282 sei nem se o DNOCS ainda vai existir né.

1283 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA (PB):** Situação parecida como essa tem lá na
1284 Paraíba na Barragem do Boqueirão.

1285 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** E que assim a gente
1286 trabalhou objetivamente, vou ser muito franco, a gente trabalha com DNOCS,
1287 dentro do espírito de parceria respeitando as esferas de liderança o Ceará
1288 sobre tudo ao DNOCS, só eu estudei na universidade devo ter tido uns 10
1289 professores que eram do DNOCS e altamente qualificado. Mas o DNOCS foi
1290 passando por esse processo, a gente tentou resgatá-lo em diversos momentos
1291 no governo federal ne desde Lula e Dilma, com paciência, o governo federal
1292 nem com Fernando Henrique, nem com Lula e nem com Dilma quiseram
1293 reabitar o DNOCS, resgatar o DNOCS. E aí assim, quando você tem uma
1294 parceria que não ajuda em nada, mas não atrapalha, tudo bem. Mas depois
1295 que passa atrapalhar, a gente tem uma parceria desde 94 que não ajudava,
1296 mas também não atrapalhava ne, mas agora atrapalha. Eu recebi uma carta
1297 presente chega a ser uma coisa ne. E vamos dizer uma piada, eu que disse
1298 tanto da COGERH e eu como secretário, nós recebemos uma carta de um juiz
1299 comunicando, ele não proibiu da gente chegar perto da Barragem do DNOCS,
1300 mas ele nos notificou dizendo que a diretoria do DNOCS não queria que
1301 técnicos da COGERH da Secretaria do estado de se aproximar-se das
1302 barragens do DNOCS, deixasse de ir lá, para manobrar os dispositivos da
1303 barragem do DNOCS. O Castanhão aberto assim, ele tem bacia de localização
1304 do conselho estadual, e a gente vai liberar a água, mês a mês muda aquela
1305 vazão de um prazo para o outro, a gente liga para o operador do DNOCS,
1306 ligava ne, abre mais, o que decidiram, aí hoje quem abre e o funcionário da
1307 COGERH, engraçado que tem um negócio da justiça, viu Luitgards, tem um
1308 negócio da justiça que o técnico da COGERH não pode chegar perto, mais na
1309 hora de abrir a válvula do Castanhão, o DNOCS não tem técnico, quem abre
1310 e o da COGERH, eles vão lá e pede. E, pede para a gente abrir, e aí, assim,
1311 antigamente seria automático, hoje para você ter uma ideia, precisa de um
1312 Diretor da COGERH passa um e-mail para o Diretor Geral do DNOCS. Pro
1313 Diretor Geral do DNOCS passa para outro, para pedir para cara lá e abre a
1314 torneira do açude, porque o sujeito que está lá não abre, se não for autorizado
1315 pelo Diretor Geral ne, e o cara é formado em educação física. E cuida lá da
1316 operação do DNOCS então a gente está nessa seguinte situação ne, eu sei
1317 que ninguém vai resolver agora.

1318 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** E que espera pelo governo e
1319 complicado.

1320 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** E, eu sei.

1321 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Mas assim, pode tentar entre
1322 nós. O que você acha?

1323 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** E difícil resolver agora.
1324 Olha eu digo que lá na frente ne, isso vai ter problema. A gente vai ter que ver
1325 como se resolver isso. Eu era uma pessoa que na época ajudei a negociar
1326 esse termo de cooperação aí a ANA meio que impôs isso de passar os açudes
1327 de para os estados, parece que o Benedito Braga que era diretor da ANA
1328 estava adivinhando isso, que ia acontecer no futuro, e nós fomos contra né, e
1329 nós que temos que passar o açude do DNOCS para os estados não, primeiro
1330 os estados não estão preparados e o segundo vocês vão acabar com o

1331 DNOCS, mas segundo passamos os açudes e tal, como povo nordestino e
1332 cearense não quer isso né, mais chegou num ponto que, sabe, que é um
1333 problema, eu não estou dizendo que vai ter que resolver agora isso, mais e
1334 algo que a gente tem que pensar como fazer. E assim, uma vez eu escutei de
1335 técnicos do Ministério do Planejamento, da Fazenda numa reunião dessa, e
1336 tudo, lá atrás o Ciro era Ministro aqui, aí nós fomos trabalhar ajudando o
1337 DNOCS o Santana era Diretor Geral do DNOCS fomos no Planejamento
1338 negociar uma verba para poder a gente ter um valor anual para manter as
1339 barragens do DNOCS, olha nós estamos aqui na maior dificuldade para manter
1340 o próprio São Francisco certo, para desenvolver a manutenção das barragens
1341 do DNOCS, a União todo ano mandava o dinheiro, aí o cara da União se virou
1342 para a gente e do Ministério do Planejamento na época, e disse assim, a União
1343 já fez as barragens, fez tudo, não dava para vocês de ir lá estado minimamente
1344 arruma uma forma de manter essas barragens, já que o estado tem a
1345 sociedade tem tudo, o papel do cara a gente já fez tudo. Acho que hoje a gente
1346 cobrar a água e realmente, e temos condições de uma manutenção mínima. A
1347 gente entende que a União fez o papel dela, e dá para gente usar e
1348 desenvolver a manutenção dessas barragens né, mais, precisa tomar essa
1349 decisão política aí, eu sei que o momento é difícil. Mais e algo que tem que
1350 pensar.

1351 **O SR. DAVID MEISTER (CC/PR):** Bom, te agradeço né, pelas suas
1352 colocações, acho que um privilégio nosso, contar contigo, porque, além de
1353 conhecer muito do plano, você tem todo esse histórico. Inclusive participou aí
1354 da elaboração do termo de compromisso, que foi inclusive assinado na época
1355 foi assinado como Ministro né que na época o Ministro era o Ciro. Então o que
1356 ocorre, e nós no ponto vamos assim servidores públicos aqui do estado, a
1357 gente só pode fazer aquilo que está na lei, claro que não é uma cláusula
1358 pétrea, a gente pode negociar, discutir, aperfeiçoar né, mais tiver assinado com
1359 força legal para produzir efeitos e esse termo de cooperação de 2.005. Então
1360 até segunda ordem, a melhor entendimento a gente vai está dando
1361 cumprimento aqui, agora, nada impede né, da gente fazer uma reunião ou
1362 várias né, acho que na questão de nenhuma reunião com o DNOCS e etc. E
1363 buscar uma terceira imagem aí né, do rio né, uma solução talvez melhor né,
1364 mais o que nós temos hoje, sendo bem franco contigo e o termo de
1365 cooperação, que está lá colocado o compromisso da União e dos estados é um
1366 dos nossos compromissos e realmente que essa seção dos ativos dos bens né,
1367 seja feito, então estamos trabalhando para isso. Agora podemos ter
1368 entendimento diferente dessa questão no futuro, podemos, então, aqui me
1369 coloco a disposição e que a Casa Civil está à disposição pra gente fazer outras
1370 reuniões juntamente com o DNOCS para poder discutir isso sem a presença do
1371 DNOCS, do Ângelo, da equipe dele, mas é o que temos hoje né.

1372 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Assim de forma objetiva,
1373 você as vezes quer fazer um giro e faz um "giral", o que o DNOCS pensa hoje.
1374 A COGERH passa parte da arrecadação para a gente, você sabe que, o que o
1375 DNOCS arrecada vai para conta do tesouro, a dificuldade de voltar para o
1376 DNOCS é difícil, ninguém sabe se o DNOCS vai aplicar na manutenção. Se é

1377 para fazer isso vamos logo encontrar uma forma de passar o açude para o
1378 Estado, que o dinheiro que o Estado arrecada mantém ,que é o que está no
1379 termo de compromisso que os Estados assinaram junto com os Ministros da
1380 época, que era receber os açudes que seriam reabilitados, o papel da União
1381 seria de reabilitar e passar para os Estados e isso nós estamos dispostos a
1382 absorver, só para lembrar isso aí.

1383 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Eu ia perguntar, mas já vi que
1384 estão prontos para responder se a Paraíba tem interesse em receber.

1385 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** Tem, tem na primeira reunião que
1386 teve aqui, espero o cumprimento do termo de compromisso, nesse aspecto
1387 também, eu queria rapidamente, eu queria rapidamente, temos um problema
1388 em Boqueirão que é exatamente um fato de a gente vai pagar pela água que
1389 sai, Boqueirão parte da água sai para irrigação e a outorga é dada pela ANA, a
1390 gente tem que encontrar uma forma, é o mesmo caso do no Eixo Norte a
1391 outorga é dada pela ANA na bacia do Piancó - Piranhas – Açú, agora eu
1392 queria dois temas aí bem rapidinho, foi citado a questão da expectativa que o
1393 governo Federal tem, de que a gente possa assinar este contrato até o final do
1394 ano deixei para o final porque para deixar claro o seguinte tive uma reunião
1395 com o Davi , Manoel Renato, Demerval , eu sozinho da Paraíba tinha uns dez
1396 do Governo Federal, me colocaram no canto de parede, não literalmente, mas
1397 pressionando e com razão é importante que a gente assine este documento,
1398 agora para deixar claro que o que é que foi feito para não parecer que a
1399 Paraíba está parada e está se aproveitando do fato de que está em pré-
1400 operação ou recebeu a água que já recebeu, que recebeu até o mês de Abril,
1401 já que de lá pra cá está parado e não tem interesse de resolver a questão,
1402 muito pelo contrário sempre nessas reuniões deixamos claro a posição do
1403 estado, que pretende e quer resolver e tem consciência da necessidade de
1404 resolver a questão da necessidade de operação e manutenção do canal, agora
1405 não é uma coisa simples se os senhores se recordam o modelo está pronto ele
1406 se adapta perfeitamente ao Ceará, a princípio pela lógica entre um contrato da
1407 CODEVASF com a COGERH que é uma empresa de economia mista já do
1408 Ceará no caso da Paraíba nós não temos o órgão, quem vai fazer a gestão das
1409 águas é uma autarquia a AESA, a companhia estadual é a CAGEPA então o
1410 estudo que foi feito no estado a gente apresentou a cerca de dois meses né
1411 Davi acho que um mês e meio a dois meses foi feito um estudo pela CGE do
1412 Estado de um grupo de trabalho para apresentar uma proposta, aquela
1413 proposta inicial do contrato e o modelo de contrato difere eu diria bastante da
1414 que está proposto pelo Governo Federal o entendimento do estado é que o
1415 contrato tem que ser assinado CODEVASF e Governo do Estado da Paraíba,
1416 a questão das garantias estão previstas ,voltou toda a discussão, as garantias,
1417 o governo do Estado não tem como fazer aquele aporte inicial para formação
1418 do fundo a ideia nossa e que a formação do fundo seria ao longo de 24 meses
1419 com uma percentual acrescido na tarifa, e aí o David me ligou na segunda
1420 feira, é foi ontem, perguntando e aí qual a expectativa da Paraíba, acha que é

1421 possível de aprovar isso até o final do Ano, a gente esta no ano eleitoral o
1422 modelo que está aprovando que a gente propôs e que está sendo estudado é
1423 um formação de um fundo estadual de segurança hídrica, a ideia de um fundo
1424 no contrato do CODEVASF e Governo do Estado e esse fundo receberia
1425 recursos do governo do Estado, do usuário irrigante através da AESA e de um
1426 usuário consumidor urbano através da Companhia Estadual de Saneamento -
1427 CAGEPA

1428 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** No caso o contrato não
1429 seria com a CAGEPA?

1430 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** Pois é não seria com a CAGEPA,
1431 a CGE e procuradoria do estado entende que não pode ser contrato com a
1432 CAGEPA, A COMPESA vai assinar o contrato? no caso da Paraíba a
1433 procuradoria entende que não pode ser com a CAGEPA, você viu foi colocado
1434 ali a vazão que o estado da Paraíba espera receber 4,67m³/s o que vai ser
1435 retirado pelo consumo humano , quer dizer ou seja o que vai ser utilizado pela
1436 CAGEPA vai ser algo em torno 1,5 ou 2,5 o restante é perda ou desperdício,
1437 ou usuário da zona rural, então tem essas dificuldades a gente apresentou há
1438 cerca de dois meses, só estamos aguardando o retorno por parte da casa civil
1439 e planejamento, agora dificilmente vamos ter uma solução até dezembro,
1440 quando Davi me ligou na segunda feira ele perguntou qual a expectativa de ter
1441 isso aprovado até o final do ano, eu disse olhe se tivesse me ligado até a
1442 semana passada eu diria que expectativa era grande a gente já estava com
1443 tudo preparado para a assembleia sabendo que dificilmente seria aprovado
1444 agora a criação de uma taxa de segurança hídrica por estar num período
1445 eleitoral e teve dificuldade imagina que o governo tem maioria na assembleia
1446 iria conseguir ter aprovação logo depois, só que na segunda feira pouco antes
1447 dele me ligar , recebi um parecer da procuradoria do Estado entendendo que
1448 também pode ser daquela forma que a gente propôs, eu fiquei de encaminhar
1449 para casa civil e a gente avaliar e avançar nessa discussão, a intenção existe
1450 mas não é de uma forma simples, da forma que está hoje o dispositivo legal do
1451 Ceará a COGERH consegue que ajuste tarifa através de decreto, tem uma
1452 certa lógica jurídica de lá do Estado que é possível assinar hoje com a
1453 COGERH não sei no caso de Pernambuco se o Governo de Pernambuco
1454 entende que é possível assinar o contrato direto com a COMPESA também
1455 talvez até porque a retirada de água dele praticamente para consumo Humano
1456 ,no caso da Paraíba como você tem nos dois eixos inclusive no eixo norte você
1457 tem a água distribuída a traves de rio você tem um perda muito grande o que a
1458 companhia de saneamento retira para abastecimento humano é coisa de 60
1459 ,70 por cento no máximo da água que vai ter que pagar, da vazão que vai ter
1460 que pagar, em resumo é essa situação e eu entendo que e dificil conseguir até
1461 dezembro a solução desse contrato pelo menos a preço de hoje, como se diz
1462 a gente vai ter que voltar a conversar um pouco eu vou mandar esse parecer
1463 para a procuradoria jurídica do estado para avaliar, Davi inclusive me falou que
1464 depois desse problema com a CEF daquela questão da garantia de FPE a uma

1465 nova discussão ,poderia ser alguma coisa interessante , os governadores dos
1466 estados se propuseram a apresentar como garantia o bloqueio do FPE e na
1467 época no entendimento da união não era possível e hoje talvez tenha uma
1468 mudança em relação a isso pela a questão da garantia poderia ser resolvido
1469 dessa forma.

1470 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Quer dizer que á a ideia
1471 é fazer o estado com a CODEVASF ?

1472 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** É, a idéia que o estado da
1473 Paraíba tem e fazer criar, mandar uma lei para assembléia criando um fundo
1474 estadual de segurança Hídrica dividindo inclusive os valores das tarifas.

1475 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Tem fundo estadual de
1476 recursos hídricos não?

1477 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** Tem, mas seria específico para
1478 esta questão, porque o fundo estadual é a recurso muito pequeno que AESA
1479 recebe do irrigante, que é obrigado a reutilizar na bacia, quer dizer tem uma
1480 dificuldade, houve uma alteração naquilo mas a proposta é criação de um
1481 novo fundo, possivelmente com isso segundo os juristas lá a gente evitaria
1482 aquela cobrança. A CAGEPA seria um mero arrecadador desse recursos,
1483 desse fundo e repassa para o fundo, evitaria a cobrança de PIS /Confinis em
1484 relação a esse valor, então é a proposta que está na casa civil e no ministério
1485 do planejamento a cerca de dois meses e não recebemos ainda retorno em
1486 relação a isso e amanhã devo mandar um parecer para o DAVID, um parecer
1487 da procuradoria jurídica do estado que entende, outro entendimento, que a
1488 princípio não concordo, mas é o parecer do procurador de que para se criar
1489 essa tarifa teria que ter a criação da tarifa pela União ele entende que a tarifa
1490 tem que ter aprovação, criação da tarifa pela União aquela mesma discussão
1491 que teve no início, da possibilidade de criar uma tarifa da União. Talvez não
1492 seja o caso, mas esse é o parecer da procuradoria a gente tem que voltar a
1493 conversar e hoje não tem uma posição fechada e qualquer que seja a
1494 alternativa o entendimento e que depende de aprovação da no caso você
1495 não pode colocar tarifa para CAGEPA se fosse você vai para RBT que é a
1496 agência de regulação até porque 60% de perda da água é que vai ser utilizada
1497 efetivamente para consumo pela CAGEPA.

1498 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Mas o contrato não pode
1499 ser feito com a AESA para não ter que ter um fundo?

1500 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** Que pode ,pode a AESA é uma
1501 autarquia estadual, ou estado ou a própria AESA.

1502 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** E digo que a AESA pode
1503 cobrar da companhia de saneamento né e cobrar do usuário.

1504 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** Mas aí não dá, a vazão se você
1505 for cobrar da companhia de saneamento você tira uma vazão muito pequena
1506 em relação ao total a ideia nossa e praticar o subsídio cruzado para jogar que a
1507 população inteira do estado pague isso como uma tarifa de segurança hídrica.

1508 Como o formato é muito diferente do Ceará, fica difícil de ver isso ,se a gente
1509 vai receber 10 m³/s a CAGEPA fica no máximo com 4, 5. O restante ...

1510 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Quanto é que você
1511 precisa para a Paraíba toda tirando João Pessoa , porque o projeto vai atender
1512 a Paraíba toda pelo Norte e pelo Leste, pega a Paraíba toda ,no futuro , só não
1513 pega João Pessoa.

1514 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** Não, mas a água vai pra lá, no
1515 futuro tem a possibilidade de atender João Pessoa com água do PISF. Você
1516 tem alternativa de atender ao Estado como um todo por isso que a gente tem a
1517 ideia de praticar esse subsídio até se você observar o valor com essa conta
1518 com a tarifa de 2018, a Paraíba vai pagar 154 milhões de reais que dá 12 , 11
1519 milhões de reais por mês, valor muito alto, possivelmente vamos ficar torcendo
1520 para chover .

1521 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Quanto a CAGEPA
1522 arrecada por mês?

1523 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** A conta que a gente faz , a ideia
1524 é exatamente essa e aprovar como uma tarifa que representaria de 10 a 15%
1525 de aumento na tarifa da companhia.

1526 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE) :** 10% e melhor do que
1527 carro pipa.

1528 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** Isso já está resolvido o problema
1529 é o aspecto jurídico a idéia é essa, o governo já tem a idéia de aprovar dessa
1530 forma uma tarifa geral para o estado vai ficar de fora Souza que não tem
1531 CAGEPA e outras cidades que tem sistema Municipal, mas não é problema.

1532 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Gostaria de colocar uma coisa, é
1533 firme a posição do ministério para assinar esse contrato até 31 de dezembro
1534 entendo que é firme a posição da ANA também de que teria que ser assinado
1535 esse contrato até 31 de dezembro a posição política que o representante da
1536 Paraíba está nos colocando, jurídica e política também, porque estamos em
1537 ano eleitoral, já começando as campanhas, está nos mostrando praticamente
1538 uma inviabilidade disso acho que a gente teria que pensar em uma solução
1539 parcial para assinar o contrato e começar o pagamento no ano que vem
1540 alguma coisa nesse sentido é possível que a ANA entenda assim.

1541 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** O atual entendimento da ANA é que não,
1542 mas a gente, evidentemente que as situações evoluem a gente abriu até a
1543 possibilidade de ser revista esta decisão se houvesse o fator superveniente de
1544 natureza de segurança de barragens de obras etc., mas pensando
1545 especificamente na gestão ,não há uma intenção de voltar atrás nessa decisão.

1546 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Ohh David Pernambuco
1547 se posicionou como?

1548 **O SR. DAVID MEISTER (CC/PR):** Na verdade só recebemos proposta
1549 concreta da Paraíba, dos outros estados ainda não, na verdade tínhamos uma
1550 minuta anterior e nenhum dos estados tinham concordados.

1551 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** O Ceará e Pernambuco
1552 responderam contrariamente a minuta, Rio grande do Norte não respondeu e a
1553 Paraíba entrou nessa negociação, Rio Grande do Norte alega que não tem
1554 nem condição de analisar nada porque não está recebendo a água. O Ceará e
1555 Pernambuco questionaram as garantias das tarifas, mas Pernambuco não está
1556 hoje aqui, não dá pra falar muito.

1557 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** Pernambuco como é vizinho a
1558 Paraíba, e as vezes chega jornal de Pernambuco na Paraíba, lá é o seguinte
1559 enquanto não tiver obra complementar, ninguém fala nisso, quer dizer, eu
1560 entendi a posição do Governo Federal e a Paraíba entendeu,
1561 independentemente de questão política e posição partidária do governador, a
1562 gente pretende efetivamente resolver a questão até porque, a gente é
1563 extremamente agradecido, a gente que eu digo a Paraíba, é agradecida, a
1564 região de Campina Grande, pelo esforço que o Ministério fez em resolver a
1565 questão de abastecimento, ia entrar em colapso se não tivesse chegado o São
1566 Francisco a gente sabe disso, e aí a gente quer resolver a questão, agora a
1567 forma é que a gente não encontrou ainda porque não é uma coisa assim
1568 aparentemente simples é só assinar o contrato com a CODEVASF e
1569 companhia de saneamento que a gente sabe, e a procuradoria jurídica entende
1570 ,iria chover demanda, essa água não está sendo consumida pelo usuário
1571 urbano só essa tem outros, usos ela tem muito, ela é desperdiçada, então você
1572 não tem como aumentar um aumento de tarifa da companhia não está aqui um
1573 contrato CAGEPA com CODEVASF, estaria resolvido, por isso estamos
1574 propondo essa outra forma e a gente entendeu até, era interessante para o
1575 Governo Federal pelo menos um estado dos quatro a Paraíba que já está
1576 beneficiada pudesse chegar a solução primeiro e apresentar, até por conta dos
1577 outros questionamentos mas infelizmente a gente não conseguiu ainda e até
1578 aproveitamos para pedir o apoio, tem esse posicionamento novo da procuradoria
1579 de que teria que ter uma tarifa criada pela União acho que é a hora talvez de se
1580 juntar e ir para Ministério encontrar alguém para dar um parecer e a gente
1581 nunca conseguiu chegar a esse consenso do formato disso. Garantia mesmo é
1582 aquela discussão não a posição da Ana é aquela tem que ser aquele fundo tem
1583 que ter esse, você ver como aumenta quando coloca esse PDD previsão para
1584 devedores duvidosos para a tarifa dá um pulo de 10 a 15% eu não fiz a conta
1585 mas é muito alto quer dizer se você tiver hoje a possibilidade de ter FPE como
1586 garantia você já tira essa diferença que é grande você sai de 0,80 centavos
1587 para 1,00 real o m³ de água, porque por conta de uma garantia provisão de
1588 devedores duvidosos para não ter problema de descontinuidade do processo,
1589 mas eu acho que precisava ir talvez ver com Demerval buscar um parecer de
1590 um especialista ou contratar alguém pra ter uma posição um entendimento
1591 entre as procuradorias da Paraíba que precisa ter urgência entre União para
1592 fechar esse assunto.

1593 **O SR. DAVID MEISTER (CC/PR):** E vocês propuseram na verdade o que
1594 recebi, um modelo de garantia diferente baseado na verdade exatamente em
1595 cofaturamento.

1596 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** A garantia que estava prevista é
1597 50% e o estado depositar imediato.

1598 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE) :** É esse é o problema
1599 você ter esse dinheiro aí, o governador manda demitir todo mundo se assinar
1600 um negócio desse.

1601 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** O Estado não tem para ficar na
1602 conta lá caso fique inadimplente está lá o dinheiro.

1603 **O SR. DAVID MEISTER (CC/PR):** Em relação a esse que nos encaminhou dia
1604 9 de junho, estou aqui com o e-mail, conversando contigo ontem você nos
1605 trouxe um fato novo o posicionamento diferente da sua procuradoria geral ali
1606 do estado etc., então para nós sentarmos e conversarmos e tentar chegar em
1607 um consenso de estados com a UNIÃO, essa discussão pode ser bilateral,
1608 pode ser com vocês que até recebem água etc., numa condição diferenciada
1609 em relação aos outros estados, eu não estou fazendo crítica, alguns estados
1610 não estão recebendo exatamente por questão de que ainda obras
1611 complementares ainda não foram finalizadas, então a gente está falando na
1612 verdade dos Eixos principais, vocês já estão recebendo, mas para a gente
1613 sentar e conversar eu acho que tem que superar então internamente no estado
1614 essa questão jurídica, que vocês venham para conversar conosco com uma
1615 proposta que seja pacificada no estado, eu não quero discutir com você uma
1616 questão que está sendo levantada ainda, um tipo de questionamento pela tua
1617 próprio procuradoria, então quando você tiver uma proposta, olha essa
1618 proposta aqui em termo de consenso do Governo Estadual da Paraíba, vamos
1619 sentar e ter uma bela discussão.

1620 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** Eu queria deixar esse Parecer
1621 com você, deixar ainda uma cópia com você, no caso no parecer ele coloca a
1622 questão da UNIÃO, ele entende que é necessária a aprovação dessa tarifa
1623 pelo UNIÃO, tem que desmanchar esse entendimento, não existe isso, ver
1624 onde se baseou em que legislação, aqui para nós não é jogo de ganhar tempo,
1625 é um parecer e o procurador assina, tem que ter um entendimento jurídico.

1626 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Essa discussão já teve, nas
1627 reuniões com o Governador lá na Casa Civil, de que teria que ser aprovado
1628 pela UNIÃO.

1629 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** Luitgards, discussão já teve de
1630 todo tipo, se for nessa linha a discussão era vamos aceitar o FPE como
1631 garantia.

1632 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Na realidade, pra gente
1633 o Ceará, ficou muito claro é a COGERH que vai assinar o contrato com a
1634 CODEVASF, a questão de assinar o contrato agora sem os serviços estarem
1635 sendo prestados, isso é um problema para a empresa, a empresa ela tem
1636 orçamento, ela não pode assinar contrato sem previsão orçamentaria, ela não
1637 pode colocar no orçamento uma receita que ela não sabe se vai ter, então a
1638 gente tem que ter a fase pré-operacional do PISF lá no Ceará, até para saber
1639 que a água chega em Fortaleza , ninguém sabe nem que raio de água vai
1640 chegar em Fortaleza, porque a concepção do PISF não podia ser diferente,

1641 ninguém está criticando a concepção do São Francisco, que desde 1947 que é
1642 jogar água no riacho dos porcos, que a gente já melhorou muito com ajuda do
1643 ministério fazendo esse trecho do CAC, para poder jogar em um riacho melhor
1644 e um dia quem sabe chegar no Castanhão, para chegar em Fortaleza, porque
1645 veja bem, veja a seguinte situação, não precisa mandar lei no estado quem
1646 aprova a tarifa no estado é o conselho estadual de recursos hídricos, e o
1647 governador que nem precisa, mas é só uma questão de fortalecer o
1648 instrumento da tarifa, baixa o valor por decreto, então é fácil, há vamos
1649 começar a pagar? Vamos, então o conselho estadual, olha agora a tarifa para a
1650 CAGECE lá em Fortaleza para o setor industrial, que é quem vai pagar, porque
1651 irrigação lá não vai consumir essa água não, lá vai criar briga, aí a gente vai
1652 mandar para um conselho estadual, o conselho estadual vai dizer água hoje é
1653 R\$ 2,50 , aí vai pra R\$ 4,00 para a indústria, a CAGECE é um valor lá e vai
1654 dobrar , na hora que você coloca isso sai em jornal, sai em todo canto, sem a
1655 visibilidade do benefício como foi colocado em Campina Grande, Campina
1656 Grande foi muito bom para São Francisco e não podia ser diferente, o projeto
1657 tirou a cidade do colapso, isso é visível, você aproveita e entra com o
1658 instrumento, lá em Fortaleza é difícil a percepção que a água vai chegar no
1659 Castanhão, do Castanhão vai para Fortaleza, mas pelo menos a gente tem que
1660 ver lá como foi na Paraíba a água lá chegando no Castanhão para você
1661 começar a cobrar, pra você assinar um contrato desse, você tem que ter a
1662 provisão de receita, porque para colocar no orçamento a provisão de receita
1663 como colocar em orçamento faz todo ano, agora a figura de um pré contrato,
1664 um negócio aí a gente pode pensar, agora tem também um detalhe, o que o
1665 estado realmente, nas reuniões com o governadores isso ficou bem claro, nós
1666 temos aí uns três pontos, ou dois , uma é a garantia, a questão de aceitar o
1667 FPE, e olha que estou com medo de voltar a reunião agora e o governador
1668 falar que não aceita mais o FPE, ter uma antecipação, pelo menos está escrito
1669 lá da garantia, e o valor, aí é uma discussão mais fácil de entender, a gente vai
1670 ver como que conduz isso, mas não está muito longe , isso é fato nós estamos
1671 construindo um negócio novo, mas assim, só para você ter uma ideia da
1672 consciência que a gente tem que pagar essa água, o presidente da CAGECE
1673 foi antes de ontem, ontem teve uma reunião com todos os Secretários,
1674 Governador e o Presidente e diretor de obras, rapaz eu tenho que levar pra
1675 ARCE (agência reguladora do Ceará), que regula os serviços consorciados, a
1676 nova tarifa deles a companhia de saneamento a gente é regulador, os novos
1677 valores da tarifa da CAGECE do próximo ano, eu já coloco o valor de São
1678 Francisco, aí eu tenho que pedir um aumento grande, mando com valor de São
1679 Francisco? Não, mande com valor normal mesmo e deixe para mandar quando
1680 a gente estiver com a coisa funcionando. Então assim, para nós isso é um
1681 ponto pacífico, é só questões de puxa para lá, puxa para cá, e a outra coisa é
1682 aquilo que eu digo, o viés do projeto e a gente é muito grato à UNIÃO e aos
1683 outros brasileiros, a gente sabe a importância desse projeto para a região, mas
1684 a UNIÃO tem que entender também que esse projeto tem que ser tratado como
1685 um instrumento de desenvolvimento regional, a visão muito financista da
1686 sustentabilidade, sustentabilidade financeira né, fazendo uma redundância, a
1687 visão financista das coisas na sustentabilidade financeira, por isso que é
1688 importante essa apresentação, esses estudos que vocês estão desenvolvendo

1689 para associar com energia alternativa, para tentar baixar esse custo, é
1690 importante discutir outras alternativas, a gente tem consciência, durante algum
1691 tempo é a CODEVASF que vai ficar à frente, e o estado que vai ter que arcar,
1692 se não tiver jeito e o valor for assim mesmo e a garantia for essa, o pior para
1693 nós é o projeto ficar abandonado, isso aí não se preocupe.

1694 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** A pior situação, a pior coisa que
1695 tem para o Ceará é a crise hídrica se implantar em Fortaleza, 4 milhões de
1696 pessoas sem água, sem quantidade de carros suficientes para abastecer a
1697 cidade e nem açudes próximos.

1698 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** A gente faz o cálculo, se
1699 eu pagar na minha casa R\$100,00 por mês, eu pago R\$110,00 ou R\$115,00
1700 para poder pagar essa conta, aí vale a pena.

1701 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** A mesma conta que você está
1702 fazendo com respeito a COGERH, eu te digo que a UNIÃO está fazendo com
1703 respeito a CODEVASF, como que eu vou mandar a CODEVASF operar o
1704 projeto sem ter a sustentabilidade financeira, sem ter garantia.

1705 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Eu lhe digo uma coisa,
1706 nós vamos se sentir mal, Governador e todo mundo, secretário de fazenda,
1707 secretário de recursos hídricos, mas não vamos dizer, descumprir um
1708 compromisso que foi firmado e a UNIÃO lá dando a água de graça, isso não é
1709 moderno, não combina com os tempos atuais, agora só precisa realmente a
1710 água chegar, se ter um tempo para saber como se comporta, porque precisa
1711 ter essa percepção, precisa de ser isso do benefício, agora eu digo que o
1712 contrato de fato para começar a pagar.

1713 **A Sr.^a FLÁVIA BARROS (ANA):** É deixa eu fazer uma pergunta, dá para
1714 colocar nessas tarifas uma previsão. Por exemplo, uma entrada em operação
1715 no meio do ano e fazendo um algum tipo de autorização condicionada da
1716 Agência Reguladora, porque se não vai entrar, vai ter que entrar só no próximo
1717 ciclo de revisão na tarifa.

1718 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Não, mais.

1719 **A Sr.^a FLÁVIA BARROS (ANA):** Porque a minha preocupação é assim, a
1720 gente sempre fica esperando se materializar, vamos esperar se materializar,
1721 vamos esperar chegar. Então o termo de compromisso foi assinado em 2005, e
1722 desde de 2005 todos os estados deviam estar se preparando. Mas eu sei que
1723 fica aquela dúvida, de ficar esperando se materializar, só que a espera e tanta
1724 que agora está numa situação muito complicada.

1725 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** É, mais assim, lá.

1726 **A Sr.^a FLÁVIA BARROS (ANA):** Tipo assim, o que eu to vendo é.

1727 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Mais de qualquer forma,
1728 a senhora não se preocupe não, que se você precisar mudar 10 vezes o
1729 aumento de tarifa, isso é uma decisão política, isso tecnicamente. O ano
1730 passado mesmo, a gente aumentou a água 3 vezes a água de Fortaleza.

1731 **A Sr.^a FLÁVIA BARROS (ANA):** Eu achei que era uma por ano.

1732 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Não, pode ser 150,
1733 aumentou a água 3 vezes para poder. E outra coisa, ainda cobra tarifa de
1734 contingência, quem consome acima da meta estabelecida paga 120% de multa
1735 sobre tarifa, então, lá, está entendendo. Se a senhora tiver em Fortaleza ne, ou
1736 seja, lá vamos dizer que consumiu no prédio 100, mas só consumiu 80 até
1737 2.014, aí então foi estabelecido que, só pode consumir, eu consumir 100, mas
1738 foi estabelecido que só pode consumir 80, então qualquer outro metro cubico
1739 acima dos 80 e 120% de multa. Só para você ter uma ideia, no prédio uma vez
1740 o secretário de recursos hídricos, o síndico perguntou, o que eu faço secretário,
1741 o que eu faço. A nossa conta era R\$ 3.000,00 reais e agora veio R\$ 8.000,00,
1742 eu digo economize água ne, economize água e pague os R\$ 8.000,00, mas se
1743 vier no outro mês? coloca na conta do condomínio, põe na conta do
1744 condomínio. Ele não quer economizar. É assim, então.

1745 (inaudível)

1746 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Não, ela está falando da
1747 Agência da CAGECE

1748 (inaudível)

1749 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Não mais a CAGECE,
1750 você tem que subir o dela também, se não ela não tem como pagar, está
1751 entendendo.

1752 (inaudível)

1753 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Mais assim, e já está
1754 pacificado. Agora, eu infelizmente não posso assinar nenhum contrato para
1755 valer sem a água chegar e nem pagar ne, você não quer que eu pague se nem
1756 a água chegou ainda ne. Mas isso aí a gente ver a forma. Se complicar muito
1757 para ANA, a gente não quer complicar não.

1758 Agora que é um período difícil, é. Que você imagina no caso da Paraíba que
1759 vai ter um novo governador ne, embora possa ser o antigo secretário de
1760 recursos hídricos, aí é fácil de assina ne.

1761 Aí facilita muito né, aí facilita muito. É, o caso do Ceará né, se o governador for
1762 reeleito, fica fácil também. Já que ele já vem participando das discussões, mas
1763 isso aí.

1764 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** É isso que eu digo, se
1765 ganhar em 1º turno a gente já pode chegar lá.

1766 **O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (PB):** Luitgards, Dr. Luitgards, meus
1767 senhores e minhas senhoras, como se ver, nós não estamos tratando de uma
1768 matéria, onde aja convergência para a solução do problema, Pernambuco tem
1769 um entendimento, Paraíba tem outro, Ceará tem outro entendimento
1770 infelizmente, Rio Grande do Norte vai demorar a ser beneficiado, esse encontra
1771 mais distante a solução do problema. Nós da Paraíba, reconhecemos a
1772 importância da obra, acompanhamos todos os seus passos, Dr. Luitgards e
1773 testemunha disso. Arrastando para dentro daqui o Ministério Público da
1774 Paraíba e depois o Federal, não para apontar defeito, defeitos ne, mais para

1775 tentar cobrar das autoridades, Prefeitura municipal, FUNASA, Governo do
1776 Estado, e fazer com que fosse criado as condições para que ANA pudesse
1777 chegar a manter. Já que se fazia um alarde muito grande Dr. Luitgards, sobre
1778 aquele tão do esgoto da cidade de Monteiro, de fato a CAGEPA, já tinha feito a
1779 rede de esgoto de toda a cidade de Monteiro, no entanto o canal de drenagem
1780 das águas pluviais que cortam a cidade e vai como uma perpendicular,
1781 encontrar a galeria de Transposição do São Francisco, o povo foi comodismo,
1782 em vez de fazer a ligação, veja só, ao em vez de fazer a ligação na rede de
1783 esgoto que está na frente das casas, ele ligou na "traseira". Quando ele ligou
1784 na "traseira" foi dentro no canal de drenagem, isso em duas ruas, na CAGEPA
1785 da Paraíba fez uma nova rede, então a rede em frente das casas e tem uma
1786 rede atrás das casas, isso em duas, sanado o problema. Alguns e algumas
1787 pessoas lá, insistiram em continuar despejando um pouco de água no canal de
1788 drenagem pluvial, aqui em Brasília está eu e o Francisco Salles procurador do
1789 estado, com foto da rede de esgoto fui lá pessoalmente e já não tinha mais
1790 isso. Já não tinha mais esse problema, então está resolvido. Então o que
1791 precisa Gil, do Governo Federal que presume que seja o mais interessado que
1792 patrocinou a obra de R\$ 12 bilhões de reais, resolveu o problema da grande
1793 Campina e esse problema foi feito uma antecipação viu Dr. Oscar, então o que
1794 eu dizia que a obra não estava concluída e que nós estamos concluindo o
1795 caminho das águas, entregou a água e uma questão de segurança, não e de
1796 segurança nacional, mais é de segurança regional e de segurança, saúde
1797 pública, foi resolvido essa parada lá, agora me parece Dr. David, que é preciso
1798 que o Governo Federal, reconduza o Governo Federal sobre o papel
1799 importantíssimo disso Dr. Luitgards, e buscar alguns pontos de convergência e
1800 chamar e dizer, não basta esperar que a Paraíba tenha a solução mágica para
1801 o seu problema, é que mais tarde ser problema do Ceará, pode ser o problema
1802 do estado do Pernambuco e preciso que construirmos uma solução desses
1803 problemas e essa construção não pode ser feito por um estado só. Essa
1804 questão da ANA. A ANA que prorrogou até 31 de dezembro, pode prorrogar de
1805 novo, eu sei que ANA está ansiosa, está ansiosa como nós outros para ver
1806 resolvido esse problema, mais pode, pode, pode. Não conheço dispositivo legal
1807 na lei 9433, na lei que criou a ANA, que impeça que isso faça, institucional ne,
1808 está entendendo, então a gente tem, aqui todo mundo aqui e doutor no assunto
1809 ne, então uma perca quando fala nisso é, apostar nessa direção e que o estado
1810 tem uma natureza diferente da gente, o nosso Ceará, ela e uma empresa, ela e
1811 uma organização competente que faz a adução de água e porque faz adução
1812 de água adquiriu o direito de cobrar o preço razoável e eu diria até que justo
1813 por algo que no Brasil e acho que no mundo, a gente faz te conta que cobra
1814 pela a água e o cara faz te conta que paga, essa e que e a grande verdade,
1815 essa que e a grande verdade no Brasil, a gente faz te conta que cobra doutor e
1816 o pior águas Federais, se você não tivesse cobrando, dificilmente a ANA
1817 estaria cobrando, porque e difícil fazer isso. Então uma apelo é esse e você ir
1818 nessa direção. Falar do termo de compromisso, vou falar sobre o termo de
1819 compromisso que é a posição do governo que tem compromisso diz que é de
1820 transferir, aqueles bens aos estados da federação, entrega aqueles açudes ao
1821 Ceará, entrega a Paraíba, para Pernambuco, para Rio Grande do Norte, é uma
1822 bronca que a gente vai receber, mas nós fomos beneficiados de certo modo. A

1823 gente foi beneficiada, então doutor, cumpra -se. Que depois da leitura do termo
1824 de compromisso, depreende-se que a cobrança só, a cobrança da contratação
1825 dar-se-ia quando da conclusão das obras, já li aquele negócio umas 2 vezes
1826 certo, conclui-se que da leitura conclui-se que a cobrança ou contratação
1827 aconteceria a partir da conclusão. A gente se vira para o Ministério, e o
1828 Ministério falta isso, isso e aquilo do Eixo Leste e falta isso, isso e aquilo outro
1829 no Eixo Norte, costura-se a unidade da gente, se a gente construir em Dr.
1830 Luitgards e Dr. David, se a gente construir, é chamando a gente, olha vamos
1831 tirar as divergências, se a Procuradoria do Estado estiver certa. Porque a União
1832 que a União não assume, a responsabilidade de criar essa norma, essa
1833 normativa legal, se é possível, e a gente trocando ideia de repente, se o senhor
1834 me provar que a Paraíba está errada, não tenha dúvidas que vamos comprar a
1835 briga e vamos.

1836 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Mais e obvio e evidente,
1837 só uma coisa, isso e a aquela discussão que ela tinha que ter uma lei federal
1838 para estabelecer isso é? Do Procurador aí.

1839 **O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (PB):** Mais concluindo Dr. É no passado
1840 rejeitava-se a questão do FPE como garantia, hoje já se discute a possibilidade
1841 de voltar, ou seja, nós temos que procurar a solução para o problema, não
1842 adianta a gente ficar criando dificuldades, eu acho que até que o parecer da
1843 Paraíba o presidente não gosta muito do parecer, João Fernandes também
1844 não, nós não gostamos muito do parecer, e o que eu disse, ele recebeu até
1845 ontem, vou pegar, vamos estudar o parecer, porque pode estar muito bem
1846 fundamentado e ele vem discorrendo com uma certa competência, mais a
1847 conclusão o parecer e danado, está errado, está errado.

1848 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** Eu te disse que o estado não
1849 pode estabelecer porque a água pertence à União, ele acha que pode se criar
1850 uma tarifa de segurança hídrica, só que precisaria ser de uma legislação
1851 federal.

1852 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Mais não chama isso de
1853 uma cobrança de água normal que da lei 9433, da lei estadual.

1854 **O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (PB):** Isso que é o grande problema e
1855 diferente do Ceará. O Ceará faz a adução de água, e aquela história tem a
1856 multa, tem o custo, nós cobramos o PPU, nós cobramos pelo direito de usar a
1857 água apenas e tão somente. Na hora que nós colocarmos esses custos ali, ele
1858 vai para dentro dos custos da CAGEPA vão ser tudo tributado da CAGEPA não
1859 vai cobrança, ela cobra R\$ 1,00 real, e passa a cobrar R\$ 4,00 reais, ela vai,
1860 teremos tributação sobre esse preço.

1861 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Mais se AESA cobrar,
1862 autarquia ela não recebe tributação.

1863 **O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (PB):** Eu concordo com a sua linha, nós
1864 temos que encontrar uma forma como a AESA

1865 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Você sabia a COGERH
1866 é sociedade de economia mista, nós ganhamos na Justiça Federal a isenção

1867 de impostos federais, porque gerenciamento de recursos hídricos, foi até o Fux,
1868 ganhamos imunidade tributária de impostos federais por que em tese para a
1869 gente somos sociedade de economia mista mas prestamos serviço de natureza
1870 pública. Não vai pagar autarquia, não vai pagar tributos, homem pague logo
1871 essa água, vocês já estão recebendo faz bem um ano ou dois, não vamos
1872 passar uma gota d'água para vocês se não começarem a pagar lá, vai deixar
1873 tudo lá em Jati.

1874 **O SR. JOÃO ALBERTO TRAVASSOS EVANGELISTA (MF)** Quero fazer um
1875 breve comentário, uma solução como você mesmo colocou Teixeira, que é
1876 regional, isso tudo dado até o pleito de ter uma ajuda, isso dá um entendimento
1877 que poderia ter uma estrutura disponível um consórcio entre os entes, para
1878 fazer essa papel da operadora estadual, poderia ser acertado essa questão de
1879 benefício cruzado, teria que ser otimizada, eu acho que é importante a solução
1880 do Ceará a opção atual é um azar, porque o estado que está mais a frente,
1881 sem o Ceará não ia receber a água, para UNIÃO o melhor cenário seria o
1882 inverso, de vocês Ceará estarem recebendo água, porque o modelo iria esta
1883 incerto e os outros iriam cobrar a ideia entendeu? E quando você está
1884 colocando, você não precisa de uma lei para aumentar a tarifa, isso tinha que
1885 ser pacificado, eu acho que é interessante o que você colocou pedindo socorro
1886 à UNIÃO com relação a essas questões.

1887 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Pode até ser que o
1888 ministério público estadual, alguém do ministério público federal entre lá no
1889 estado e a gente vai dá o aumento razoável e aí recorra a justiça e a gente
1890 entra em uma briga judicial, mas até agora funcionou assim, dessa forma,
1891 porque é o que a lei estadual, está lá bem claro na lei estadual, a gente cobra
1892 pelo uso da água, se cobra pelo serviço prestado, gerenciamento de recursos
1893 hídricos, e quem aprova, a COGERH estabelece os valores e o conselho
1894 estadual de recursos hídricos aprova esses valores e o Governador baixa o
1895 valor por decreto, está bem claro na lei.

1896 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** É uma situação única de todo
1897 País?

1898 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** É só mudar a lei

1899 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** Não é só questão de lei não, a
1900 COGERH foi enviada por uma empresa de economia mista, é diferente da
1901 natureza, aqui é uma economia, aquela pergunta que foi feita sobre tarifa, na
1902 Paraíba e acho que em qualquer estado do Brasil, você não pode dá mais que
1903 um aumento por ano, está na lei essa questão de tarifa.

1904 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Quando vocês
1905 aumentam o valor precisa de uma lei é?

1906 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** Tem que ser aprovada a LPB,
1907 não é lei, a própria resolução da LPB já define que a mudança de tarifa só pode
1908 mudar uma vez.

1909 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Mas quem diz isso é a
1910 Lei de recursos hídricos de vocês?

1911 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** A própria LPB da agência da
1912 gente.

1913 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** A CAGECE já
1914 aumentou três vezes a o ano o passado o valor da tarifa no Ceará.

1915 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** É diferente a situação.

1916 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** O assunto está muito discutido.

1917 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Cheguei para o
1918 governador e disse vai ter que fazer racionamento em fortaleza, já tinha dado
1919 dois aumentos, ele disse não pode como é que a gente faz e tudo, não
1920 podemos aumentar a tarifa de contingência de 20 para 30 não? A meta né, só
1921 para ter ideia, qual o consumo médio de litros /habitante dia? Sabe quanto está
1922 em Fortaleza? 90 e pouco. Aí o presidente da CAGECE disse não pode não
1923 tem mais como esse povo economizar. Então o que a gente faz ? disse o
1924 governador. Aumenta o valor da água. Mas já dei dois aumentos, não vou dar o
1925 terceiro, e realmente ele não deu o terceiro em dezembro ,deu após o fim de
1926 ano em 4 de janeiro.

1927 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** O assunto merece muita
1928 discussão, quem pediu a palavra aqui primeiro foi o David, eu acho que a gente
1929 pode deixar uma parte , eu vou convocar outra reunião para daqui a um mês, e
1930 depois Patrick.

1931 **O SR. DAVID MEISTER (CC/PR):** Bom não vou me alongar até mesmo pelo
1932 adiantado da hora, nessa questão do Luitgards falou , é muito importante mas
1933 ela não está na pauta da reunião de hoje, sem prejuízo né dá para a gente
1934 discutir e queria agradecer a Paraíba e a pessoa do Deusdete e o próprio
1935 Teixeira do Ceará que tem trazido essas contribuições muito ricas para nossa
1936 reflexão, para nossa discussão agora lembrar é uma questão antiga, que vem
1937 sendo discutida não só no âmbito do conselho gestor, mas em reuniões com o
1938 estados e do próprio Governo Federal a bastante tempo a solução tem sido
1939 amadurecida e a gente está caminhando na base do possível é claro que né, a
1940 gente não está em desacordo não, a gente está em acordo dessa busca da
1941 convergência é isso que nós queremos também agora, não espero uma
1942 solução mágica da Paraíba, espero uma solução factível, real, possível, nós
1943 trabalhamos no início né de um cenário que agradava a todos, uma discussão
1944 com todos os estados na medida do possível de tentar padronizar uma solução
1945 em termos de projetos de lei minutas de contratos etc., não foi possível o que
1946 nós tínhamos né, naquele momento não chegamos a um acordo não significa
1947 que não chegaremos, mas nós vamos chegar, a União como o senhor colocou
1948 aí, arcou com um CAPEX um investimento significativo de uma dezena de
1949 bilhão, bilhões de reais, é claro que o que tem hoje em dia de compromisso
1950 dos estados é arcar com os custos de operação e manutenção e ressarcir a
1951 CODEVASF é com essa lógica que a gente está trabalhando e eu tenho
1952 certeza que a gente vai convergir, aqui dentro tem pessoas mais que
1953 especialistas no tema e está todo mundo imbuído no mesmo objetivo, agora o
1954 que temos sobre a mesa de maneira concreta e não quero me alongar é a
1955 proposta da Paraíba, que chegou ontem um fato novo que eu tenho certeza

1956 que o Deusdete vai trabalhar internamente, vai trabalhar e enviar para nós uma
1957 outra proposta já de mais consenso no Estado e que nós vamos usar se for
1958 possível adapta-la para o caso de Pernambuco e Ceará, nós vamos usar para
1959 outros estados se não for possível a gente vai construir soluções particulares
1960 que também não teriam problemas.

1961 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** David independente de
1962 assim a questão da chegada da água no Ceará ser uma perspectiva e diga
1963 bem concreta de fato agora, que o Ministério teve bastante coragem e
1964 parabenizo a gestão atual do ministério pela decisão de colocar outro consórcio
1965 na obra que deu outro ritmo a obra né, já estou com medo da água chegar no
1966 Ceará e a gente não está com a nossa parte pronta tamanha a celeridade que
1967 o Ministério deu a obra é e aí, para nós hoje é assim, não acontecendo
1968 nenhuma hecatombe acho que é muito concreto no início do próximo ano que
1969 essa água esteja chegando em Jati no Ceará e aí a gente pode baseado na
1970 experiência com a Paraíba, claro que o contrato nosso será uma contrato de
1971 companhia para companhia sociedade de economia mista, CONGERH com a
1972 CODEVASF empresa estatal, vai ser nesse formato uma questão mais simples
1973 mas é assim essa questão da garantia que é coisa que a gente não conseguiu
1974 convergir direito e outras questões, o que a Paraíba for convergindo a gente
1975 pode fazer junto independente da água já ter chegado ou não, estou com o
1976 diretor de planejamento da CONGERH e aí a gente pode vir se não puder vir
1977 vem o presidente da CONGERH, para a gente poder ir, não deixar a coisa
1978 parada e tentando avançar, avançar para quando depois tiver governador
1979 resolvido, o novo governo, você está com a coisa já em ponto de “bala” a gente
1980 procura convencer o governador daquilo né, para a gente não falta muita coisa
1981 não mas essa questão das garantias, mas uma “choradinha” aí pelo valor da
1982 água a ANA está colocando essa água muita cara, caríssima, mas é isso eu
1983 sou otimista e para quem acompanhou a história desse projeto desde o
1984 princípio e a gente hoje está discutindo essa questão da sustentabilidade e
1985 avançando em alguns pontos só quem acompanhou desde o início que evoluiu
1986 o nível de discussão que tivemos aqui e em outras ocasiões a apresentação,
1987 do Claudir e o pessoal da ANA aqui que já está tudo “manualizado”,
1988 “manualizando” tudo com comportamento de fato com órgão regulador ou seja
1989 estamos construindo a regulação do setor de recursos hídricos para operação
1990 de grandes sistemas hídricos, coisa que a gente não tinha, a gente tinha de
1991 sistema elétrico que está a trinta anos na nossa frente ou mais, criando toda
1992 uma regulação e para operação e manutenção de grandes sistemas hídricos
1993 que foi o São Francisco que trouxe eu sou otimista nesse ponto uma coisa eu
1994 garanto a gente paga a nossa parte até se mesmo não pagar a união não vai
1995 ter como arcar e a obra vai virar um fantasma não e isso que a gente quer, se
1996 acabando.

1997 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Passar a palavra para Patrick
1998 que tinha pedido.

1999 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Rápido só para esclarecer que fica claro o
2000 que está faltando para cumprir a condicionante da ANA, são duas
2001 condicionantes da ANA, são duas condicionantes da outorga, uma é a

2002 implantação da primeira fase do empreendimento em até seis anos que agora,
2003 e o prazo de 31 de dezembro de 2018 pra nos está estabelecido em resolução
2004 2333 o que é a implantação da primeira fase do empreendimento é aprovar o
2005 PGA, é ter medidores em condições de fazer medições e assinar o contrato,
2006 são este três requisitos . O PGA vai ser aprovado em breve, como a gente
2007 apresentou aqui, os medidores como a Flavia apresentou estão em fase final
2008 de calibração, então fica faltando só assinar o contrato, que é um instrumento
2009 entre o estado e a CODEVADSF, então o que o Estado e a CODEVASF
2010 acordarem desde que cumpram os requisitos da 2333 a ANA não se opõe essa
2011 questão de garantia e uma discussão entre estado e CODEVASF nós vamos
2012 incluir a tarifa , caso não tenha nenhuma garantia nós vamos incluir na tarifa,
2013 isso não e nesse momento uma condição enfim que impeça a assinatura do
2014 contato e claro que se deseja uma garantia mas robusta mas se não tiver
2015 garantia no contrato adicional vai trabalhando na garantia que colocamos na
2016 tarifa e além disso a outra condicionante e o início da cobrança dos valores que
2017 cubram o custo que ato subsequente a assinatura do contrato quero dizer que
2018 falta muito pouco para a gente conseguir cumprir a condicionante e a outra
2019 coisa que para nós a primeira fase do empreendimento que está na outorga
2020 pode ser a assinatura de um contrato com um estado então se a Paraíba por
2021 exemplo, se assinar o contrato ou se Pernambuco assinar para nós está
2022 cumprido que é a primeira fase não precisa ser os quatro estados nem os dois
2023 Estados do eixo leste, basta um estado assinar, então está muito fácil e eu
2024 queria fazer uma apelo a Paraíba porque está mais adiantada porque já fez
2025 uma proposta para reavaliar esta postura jurídica do estado para a gente poder
2026 chegar num consenso e assinar logo esse contrato.

2027 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Se só a Paraíba assinar
2028 este contrato.

2029 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Está cumprido a outorga. Então falta pouco
2030 viu, aos representantes da Paraíba aí, para a gente resolver este problema, em
2031 um próximo contrato a gente adiciona outras condições, cria o fundo estadual,
2032 enfim não vamos deixar passar esta oportunidade.

2033 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Senhores se não houver mais
2034 novas discussões, dado ao adiantar da hora, vou agradecer a presença de
2035 todos e encerrar a reunião marcando a próxima reunião daqui a trinta dias, nós
2036 encaminharemos o ofício com a data correta. Mas gostaríamos que fosse daqui
2037 a trinta dias porque dado o tempo que ficou da última reunião até essa, os
2038 assuntos ficaram muito longos e por isso vamos fazer as reuniões, mais a
2039 miúde e resolvendo as coisas por partes.

Antônio Luitgards Moura – Titular

Jimmu de Azevedo Ikeda – Suplente

Francisco José Coelho Teixeira- Titular

João Lucio Faias de Oliveira -Suplente

Marcelo Senna Valle Píoto – Titular

João Alberto Travassos Evangelistas – Suplente

Renato Dalla Lana – Titular

Guilherme Silva de Godoi – Suplente

Marcel Olivi Gonzaga Barbosa – Titular

Cristiane Collet Battiston – Suplente

Adriana Lustosa – Titular

Renato Saraiva Ferreira – Suplente

Dermeval da Silva Júnior – Titular

David Meister – Suplente

Deusdete Queiroga Filho – Titular

João Fernandes da Silva – Suplente

Mário Cavalcanti – Titular

Marcelo Cauas Asfora – Suplente

José Mairton Figueiredo de França – Titular

Josivan Cardoso Moreno – Suplente

Anivaldo de Miranda Pinto – Titular

José Maciel Nunes de Oliveira – Suplente

Marcos Maciel Torres – Titular

Elias da Silva – Suplente



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
CONSELHO GESTOR DO PISF

Lista de Conselheiros- 9ª Reunião Ordinária

Data: 18-07-2018

Horário: 14h às 18h

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco "E", 6ª Andar-sala 605

Órgão	Conselheiro	Titular/Suplente	Telefone	E-mail	Assinatura
MI	Antônio Luitgards Moura	Titular	(61)2034-5564	antonio.moura@integracao.gov.br	
	Jimmu de Azevedo Ikeda	Suplente	(61)2034-5539	jimmu.ikeda@integracao.gov.br	
MF	Marcelo Senna Valle Pioto	Titular	(61) 3412-1475	marcelo.pioto@tesouro.gov.br.	
	João Alberto Travassos Evangelista	Suplente	(61)3412-1975	joao.evangelista@fazenda.gov.br	
MME	Renato Dalla Lana	Titular	(61)2032-5079	renato@mme.gov.br	
	Guilherme Silva de Godoi	Suplente	(61)2032-5443	guilherme.godoi@mme.gov.br	
MPOG	Manoel Renato Machado Filho	Titular	(61)2020-4436	manoel.filho@planejamento.gov.br	
	Marcel Barbosa	Suplente	(61)2020-5373	marcel.barbosa@planejamento.gov.br	
MMA	Sérgio Antônio Gonçalves <i>Adriana Lustosa</i>	Titular	(61)2028-2100 <i>(61)20282085</i>	sergio-goncalves@mma.gov.br <i>adriana.lustosa@mmaprojetos.gov.br</i>	
	Renato Saraiva Ferreira	Suplente	(61)2028-2127	renato.ferreira@mma.gov.br	
CC/PR	Dermeval da Silva Júnior	Titular	(61)3411-1222	dermeval.junior@presidencia.gov.br	
	David Meister	Suplente	(61)3411-1212	david.meister@presidencia.gov.br	
CE	Francisco José Coelho Teixeira	Titular	(85)3101-3994	francisco.teixeira@srh.ce.gov.br	
	João Lucio Farias de Oliveira	Suplente	(85)3218-7027	joaolucio.farias@cogerh.com.br	

PB	João Azevedo Lins Filho João Figueiredo Lins Filho Deusdete Queiroga Filho	Titular Suplente Vitoriano	(83)3218-4328 83.9881.5248 (83)3218-4359	jazevedo@sermact.pb.gov.br joaofigueiredo@sermact.pb.gov.br deusdete@sermact.pb.gov.br	João Figueiredo Lins Filho Deusdete Queiroga Filho
PE	Mário Cavalcanti Marcelo Cauas Asfora	Titular Suplente	(81)99488-2601 (81)3183-1002	mariocavalcanti@sdec.pe.gov.br mcastora@apac.pe.gov.br	
RN	José Mairton Figueiredo de França Josivan Cardoso Moreno	Titular Suplente	(84)3232-2410 (84)3209-9197	jmairton@hotmail.com josivan.cardoso@gmail.com	
CBHSF	Apivaldo de Miranda Pinto Valmir Pedrosa José Maciel Nunes de Oliveira	Titular Suplente	(82)3325-2244 (31)8238-5873	anivaldodemirandapinto@gmail.com vicepresidencia@cbhsaofrancisco.org.br	Valmir Pedrosa
CBHS	Marcos Maciel Torres	Titular	(85)3195-0800	marcostorres.torres@bol.com.br	
Receptores	Elias da Silva	Suplente	(87)3232-2439	eliassilva@hotmail.com	



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
CONSELHO GESTOR DO PISF

Lista de Conselheiros- 9ª Reunião Ordinária

Data: 18-07-2018

Horário: 14h às 18h

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco "E", 6º Andar-sala 605

Órgão	Convidado	Cargo	Telefone	E-mail	Assinatura
ANA	Christianne Dias	Diretora- Presidente	(61)2109-5441	cristiani@ana.gov.br;	
	Osca Cordeiro Neto	Diretor	(61)2109-5451	osca@ana.gov.br	
	Carlos Motta Nunes	Superintendente Adjunto	(61)2109-5361	carlos.motta@ana.gov.br	
	Flávia Barros	Superintendente de Fiscalização	(61)2109-5276	flavia.barros@ana.gov.br	
	Josimar Alves de Oliveira	Coordenadora de Fiscalização	(61)2109-5677	josimar.oliveira@ana.gov.br	
CODEVASF	Antônio Aveirino Rocha De Neiva	Presidente	(61) 2028-4660	gabinete@codevasf.gov.br	
	Elton Cruz Silva	Secretário Executivo	(61)2028-4714	elton.silva@codevasf.gov.br	
	Marco Aurélio Diniz	Diretor	(61)2028-4734	marco.aurelio@codevasf.gov.br	
	Danielson Vieira de Araújo	Gerente	(61)2028-4370	danielson.araujo@codevasf.gov.br	
	Silvia Rodrigues Santos	Analista	(61)2028-4664	silvia.santos@codevasf.gov.br	
CGU	Carlos Henrique d a Silva Marques.	Analista	(61)2028-4826	carlos.marques@codevasf.gov.br	
	André Rodrigues	Auditor	(61)2020-6971	andre.rodrigues@cgu.gov.br	
	Jonathas Assunção Salvador Nery de Castro	Analista de Infraestrutura	(61)3411-6463	jonathas.castro@presidencia.gov.br	
CC/PR	Pedro Bruno Barros de Souza	Secretário	(61)3411-6412	pedro.bruno@presidencia.gov.br	
	Zaqueu Soares Ribeiro	Assessor	(61)3411-1888	zaqueu.soares@presidencia.gov.br	



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
CONSELHO GESTOR DO PISF

Lista de Conselheiros- 9ª Reunião Ordinária

Data: 18-07-2018

Horário: 14h às 18h

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco "E", 6ª Andar-sala 605

Órgão	Convidado	Cargo	Telefone	E-mail	Assinatura
MI	Mariana Prado Franceschi de Andrade	Analista de Infraestrutura	(61)2034-5676	mariana.f.andrade@integracao.gov.br	
	Elianeiva de Queiroz Viana Odisio	Coordenadora	(61)2034-5562	elianeiva.odisio@integracao.gov.br	
	Izabel Cristina Arrais	Assessora SIH	(61)2034-4351	izabel.arrais@integracao.gov.br	
	Juliana Ribeiro Silveira	Assessora SIH	(61)2034-5407	juliana.silveira@integracao.gov.br	
	Elano Joca	Diretor	(85)3195-0700	elano.joca@cogerh.gov.br	
COGERH	Elano Joca	Diretor	(85)3195-0700	elano.joca@cogerh.gov.br	
ANF	Marcio Ribeiro	Auditor	(61)3412-1691	marcio.n.ribeiro@tesouro.gov.br	
MMA	Adriana Lustosa	Diretora	(61)2028-2125	adriana.lustosa@mma.gov.br	
MP	Cristiane BATTISTON	COORD-GERAL	(61)20205373	cristiane.battiston@planejamento.gov.br	
ANA	PATRICK THOMAS	SUP. ADJUNTO FACVIT	(61)2109-5434	patrick.thomas@pms.br	
ANF	Cynthia Leal M. DE ARAUJO TEODORO.		64-2109-5224	cynthia.leal@araucario.gov.br	
ANA	RODRIGO FLECHTA	SUPERINT.	61 21095250	rodrigo.flecha@araucario.gov.br	
MT	Claudir Costa	Analista Infra	6120344298	claudir.costa@integracao.gov.br	

